

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

PRESS BOOK

Revista_imprensa_3_Setembro_2014

CISION 

| | |
|---|----|
| 1. Correio da Manhã, 03-09-2014, Aumentos salariais | 1 |
| 2. Diário de Notícias, 03-09-2014, FCC invoca empate técnico na privatização da EGF | 2 |
| 3. Diário Económico, 03-09-2014, A dura realidade vai regressar em 2016 | 3 |
| 4. Correio da Manhã, 03-09-2014, Ação para anular resgate do BES | 4 |
| 5. Negócios, 03-09-2014, O país dos regedores | 6 |
| 6. Diário de Notícias, 03-09-2014, Polícias querem ser profissão de risco | 7 |
| 7. Diário Económico, 03-09-2014, Atirar dinheiro não chega | 8 |
| 8. Correio da Manhã, 03-09-2014, Municípios pagam fatura | 9 |
| 9. i, 03-09-2014, EGF. Mota-Engil em primeiro lugar na corrida à privatização | 10 |
| 10. Jornal de Notícias, 03-09-2014, FCC invoca "empate técnico" na privatização da EGF | 11 |
| 11. Diário Económico, 03-09-2014, Moody s antecipa dificuldades para atingir a meta do défice em 2015 | 12 |
| 12. Correio da Manhã, 03-09-2014, Independentes defendem cooperação | 15 |
| 13. Público, 03-09-2014, Uma avaliação destruidora | 16 |
| 14. i, 03-09-2014, Segurança Social exige 35 euros por dívida de 4 cêntimos | 17 |
| 15. Jornal de Notícias, 03-09-2014, Rescisões amigáveis nas autarquias entram em vigor a 1 de outubro | 18 |
| 16. Diário de Notícias, 03-09-2014, Os tempos actuais: Portugal e o Eurojust | 19 |
| 17. Público, 03-09-2014, PCP condena asfixia financeira do poder local | 20 |
| 18. Jornal de Notícias, 03-09-2014, Combate à fuga explica metade da subida da receita fiscal | 21 |
| 19. Diário Económico, 03-09-2014, Professores têm segunda oportunidade para fechar acordo de rescisão | 23 |
| 20. Público - Imobiliário, 03-09-2014, Mais um ataque fiscal | 25 |
| 21. Negócios, 03-09-2014, EGF: Estado diz que Mota-Engil dá mais garantias do que FCC | 26 |
| 22. Negócios, 03-09-2014, Continua difícil o crescimento económico da Europa | 27 |
| 23. Diário de Notícias, 03-09-2014, BE exige compensação nos salários | 28 |
| 24. Correio da Manhã, 03-09-2014, Corte urgente | 29 |

| | |
|---|----|
| 25. Diário de Notícias, 03-09-2014, A mistificação democrática | 30 |
| 26. Correio da Manhã, 03-09-2014, Crato diz que corrida a subsídio não é drama | 31 |
| 27. Público, 03-09-2014, Rescisões nas autarquias arrancam em Outubro | 32 |
| 28. Diário de Notícias, 03-09-2014, Combate à evasão explica metade da subida da receita | 33 |
| 29. Diário de Notícias, 03-09-2014, Editorial - Nem sol na eira nem chuva no nabal | 35 |
| 30. Jornal de Notícias, 03-09-2014, Luz verde para cortes salariais já este mês | 36 |
| 31. Negócios, 03-09-2014, Privatização dos CTT tem tudo em aberto | 37 |
| 32. Diário Económico, 03-09-2014, Poiares diz que o maior corte na despesa foi nos consumos intermédios | 38 |
| 33. Diário Económico, 03-09-2014, CES nega dar parecer sobre Rectificativo | 39 |
| 34. Diário Económico, 03-09-2014, Correios sem data para roadshow de privatização | 40 |
| 35. Negócios, 03-09-2014, Funcionários recebem mais se adiarem rescisão para 2015 | 41 |
| 36. Diário Económico, 03-09-2014, Sindicatos duvidam de duração de programa de rescisões amigáveis | 42 |
| 37. Negócios, 03-09-2014, A terra de ninguém! | 43 |
| 38. Correio da Manhã, 03-09-2014, Cortes nas mãos de Cavaco Silva | 44 |
| 39. Público, 03-09-2014, Editorial - A falsa força de um intolerável desafio | 46 |
| 40. Diário Económico, 03-09-2014, Reposição dos cortes salariais na Função Pública aprovada | 47 |
| 41. Negócios, 03-09-2014, Sindicatos querem maiores aumentos | 48 |
| 42. Diário de Notícias, 03-09-2014, Repostos cortes salariais acima dos 1500 euros | 49 |
| 43. Diário Económico, 03-09-2014, O Governo prepara mais uma finta | 50 |
| 44. Público, 03-09-2014, Governo e maioria retomam desafio ao PS para debater Segurança Social | 51 |
| 45. Diário de Notícias, 03-09-2014, Ensino privado perdeu 92 mil alunos em cinco anos | 52 |
| 46. Público, 03-09-2014, Transportes públicos começam a travar fuga de passageiros | 55 |

CGTP

Aumentos salariais

■ A CGTP, liderada por Arménio Carlos, reivindica aumentos salariais de 3% para o próximo ano e a fixação do salário mínimo nos 540 euros em janeiro de 2015, disse à Lusa fonte sindical.





Gonçalo Martins Moura e António Mota (à direita) garantem ter apresentado a "melhor proposta"

FCC invoca empate técnico na privatização da EGF

Parpública. Documento preliminar sugere a "escolha imediata" da Mota-Engil. Espanhóis da FCC contestam e pedem "um leilão final"

ILÍDIA PINTO

Os espanhóis da FCC continuam a insistir que o Governo deveria promover uma ronda final de negociações entre os dois finalistas na corrida à privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) e invoca razões como a "transparência" do processo e a necessidade de desfazer o que considera ser um "empate técnico" entre a sua proposta e a da Mota-Engil. Isto no dia em que se soube que a Parpública e a Águas de Portugal (AdP) emitiram já um relatório preliminar recomendando "a escolha imediata" do agrupamento SUMA (participada do grupo Mota-Engil) como vencedor do concurso.

A notícia foi ontem avançada pelo *Diário Económico*, que teve acesso em primeira mão ao dito relatório. Contactado pelo DN/Dinheiro Vivo, o *chairman* da Mota-Engil não quis comentar, sublinhando que o grupo ainda está a "analisar o relatório preliminar". Os três concorrentes – SUMA, FCC e DST, classificados por esta mesma ordem – têm até sexta-feira para apresentar os seus comentários ou contestar as conclusões dos documentos.

No entanto, António Mota sempre admite que o relatório – enviado às partes interessadas na passada sexta-feira, dia 29 de agosto – mais não faz do que reconhecer o que considera uma evidência: "Nós

temos a melhor proposta e a que melhor defende os interesses da economia portuguesa."

No documento, Parpública e Águas de Portugal defendem que o agrupamento SUMA "satisfaz amplamente todos os critérios em causa, bem como os objetivos da reprivatização da EGF" e, por isso, propõe a "escolha imediata" deste agrupamento.

Uma visão contestada pelos es-

panhóis da FCC, que consideram que, do ponto de vista do preço, a proposta da Mota-Engil é, apenas, "marginalmente mais favorável", sublinhando que a sua proposta "é superior" no critério ambiental e que ambas ficam "empatadas em todos os restantes critérios". E que, por isso, insiste num "leilão final" entre os dois primeiros classificados para desfazer "este empate técnico".

As várias propostas apresentadas – houve uma quarta, dos belgas da Indaver, desclassificada por não ser uma oferta vinculativa – foram analisadas à luz de critérios como o preço, o cumprimento do projeto estratégico, dos objetivos ambientais e da minimização de potenciais dificuldades judiciais ou laborais. A capacidade técnica e de gestão e a idoneidade financeira dos concorrentes estiveram, também, em avaliação.

Já o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia recusou tecer comentários ao relatório preliminar. "Este processo de privatização, por concurso público, compreende, antes da decisão pelo Conselho de Ministros, prevista ainda para setembro, a realização da audiência prévia dos candidatos sobre o relatório da Parpública/ADP. Essa audiência está em curso desde a passada sexta-feira. O Governo apenas se pronunciará sobre a conclusão da privatização após decisão em Conselho de Ministros", afirmou fonte oficial.

À LUPA

PREÇO

Argumenta a FCC que há "praticamente um empate" no que ao critério económico diz respeito. E justifica: "A diferença entre as duas ofertas é de 240 mil euros se tivermos em conta o preço oferecido pelas ações da Parpública e das câmaras, e de 4,6 milhões de euros, só pela ações da Parpública e Águas de Portugal." Valores que considera, apenas, "marginalmente favoráveis" à Mota-Engil.

PROPOSTAS

A SUMA propõem-se pagar 149,9 milhões de euros pelas ações da Parpública e da AdP, contra 145,3 milhões da FCC e 90,3 da DST. Incluindo as autarquias, o preço da Mota-Engil é de 147 milhões, da FCC é de 146,8 milhões e da DST de 90,4 milhões.

**ANTÓNIO COSTA**

Director
antonio.costa@economico.pt
twitter.com/AC_AntonioCosta



A dura realidade vai regressar em 2016

A 'troika' vai antecipar o regresso a Portugal para avaliar a preparação do Orçamento do Estado para 2015, e percebe-se porquê. Aliás, tendo em conta os números do segundo Rectificativo, a 'troika' já deve estar arrependida de se ter ido embora tão cedo.

Seria injusto não reconhecer o esforço do Governo nos primeiros três anos para reprimir a despesa corrente, à custa de medidas transversais de corte de salários e pensões, especialmente tendo em conta o ponto de partida. O Governo tentou genuinamente ir além da 'troika', e para esta avaliação não são chamadas as demagogias políticas. Mas na verdade, chegaremos ao final de 2014 com uma volta de quase 360°. Sim, estamos quase no mesmo sítio do ponto de vista orçamental e económico, apesar dos sacrifícios feitos.

Vamos por partes: o programa da 'troika' não era um plano estratégico de desenvolvimento do País, era um plano de emergência que foi cumprido, mais numas áreas do que noutras, para regressarmos aos mercados. E serviu os seus propósitos fundamentais, fez-se a desvalorização interna de preços e salários, o desemprego e a recessão. Com isso, a balança externa passou a ser excedentária, depois de défices insustentáveis da ordem dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Até agora, porque o défice público vai ficar nos 4%, mas à custa de mais receita fiscal, e a receita fiscal subiu à custa de mais economia familiar (leia-se consumo). O corte de despesa e as exportações perderam o peso que tinham até agora.

O Governo vai chegar ao final de 2014 e vai cumprir as metas nominais, mas não exactamente da forma que desejaria, com a composição certa. E é por isso que a 'troika' quer vir mais cedo. E é também por isso que a agência de rating Moody's diz, nesta edição do Diário Económico, que o próximo ano será mais difícil. Agora, perante a incapacidade de cortar estruturalmente na despesa e a incapacidade dos juizes do Tribunal Constitucional de (TC) de perceberem o contexto de algumas das medidas estruturais que ficaram pelo caminho, perdeu-se a vontade.

As eleições dentro de um ano justificam o resto, e o resto não vai ser bonito. A ilusão de que os funcionários públicos serão beneficiados pela recuperação total do corte de salários e que os pensionistas actuais vão ser poupados a uma qualquer contribuição é isso mesmo, uma ilusão pueril e veremos se não será uma mentira eleitoral.

A exigência de redução do défice público no próximo ano para 2,5% estará necessariamente sob pressão, porque os partidos querem ganhar eleições. Os que estão no Governo, mas também o PS, como se percebe dos planos que António José Seguro apresenta e dos compromissos que António Costa não assume. Em 2016, regressaremos à dura realidade. ■

BANCA ■ GOVERNADOR CARLOS COSTA É VISADO NO PROCESSO

Ação para anular resgate do BES

■ Vários escritórios de advogados vão interpor esta semana uma ação cível para contestar a separação de ativos entre o Novo Banco e os ativos tóxicos

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Vários escritórios de advogados vão interpor esta semana uma ação cível em tribunal a pedir a nulidade de todas as decisões do Banco de Portugal sobre o Banco Espírito Santo no âmbito do processo de resolução da instituição. A ação, sabe o CM, poderá visar também o próprio governador Carlos Costa.

Segundo apurou o CM, a ação judicial será colocada em nome de dezenas de acionistas do banco que consideram não estarem salvaguardadas as condições legais para o apuramento dos ativos e do passivo do Banco Espírito Santo.

Para além desta ação em tribunal, será igualmente pedido pelos advogados um inquérito judicial, uma figura do direito civil que tem por objetivo assegurar o acesso a toda a contabilidade da instituição e do grupo.

Com a entrada da ação que pede a nulidade das decisões de Carlos Costa sobre o BES, através de um plano de resolução que dividiu o banco entre o Novo Banco e os ativos tóxicos, todos os processos que correm sobre ativos do BES ficarão suspensos. "Ninguém poderá comprar ou vender nada do universo BES sem antes existir uma explicação fundada sobre qual o enquadramento legal das ações do supervisor", disse ao CM uma fonte ligada ao processo. Um dos negócios suspensos é o da venda da seguradora Tranquilidade aos americanos do fundo Apollo.

Além de Carlos Costa, os advogados ponderam incluir na ação o



Após o resgate, o Novo Banco ficou com os principais ativos do antigo BES

Presidente da República, Cavaco Silva, por ter promulgado a 1 de agosto a lei que fundamentou a intervenção no BES.

Foi através deste diploma que aprovou alterações ao regime geral das instituições de crédito, prevendo "pela primeira vez em Portugal a possibilidade de o Banco de Portugal aplicar medidas de resolução em instituições sujeitas à sua supervisão". O decreto-lei foi assinado por Paulo Portas e promulgado pelo Chefe de Estado. ■

Ação poderá visar Cavaco Silva por promulgação de decreto-lei

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO
da Manhã

✚ PORMENORES

● **GESTORA EM ESPANHA**
Clientes da Espírito Santo Gestión, em Espanha, resgataram 140 milhões de euros em fundos entre julho e agosto, segundo o 'Negócios'. Os ativos sob gestão caíram para 1,2 mil milhões de euros nesse período.

● **BURACO DA RIOFORTE**
A RioForte, do GES, identificou um buraco de dois mil milhões de euros duas semanas antes de pedir proteção de credores, revelou o mesmo jornal.

Acumulam-se queixas de investidores

● Há "mais de meia centena de pedidos de clientes lesados em muitos milhões de dólares e de euros" pelo antigo BES a darem entrada no escritório do advogado Júlio Castro Caldas.

Em declarações à TSF, o advogado explicou trataram-se sobretudo de investidores que fizeram aplicações financeiras na Suíça e no Luxemburgo. Em muitos casos, relata Júlio Castro Caldas, os investimentos foram feitos pelos bancos do grupo BES sem autorização dos respetivos clientes. ■



TRIBUNAL
Ação cível
tenta anular
divisão
do BES
PÁG. 20



EDITORIAL

CELSO FILIPE

Subdirector
cfilipe@negocios.pt

O país dos regedores

As autarquias são o retrato fiel de um país onde sobejam os resquícios de caciquismo e os presidentes de câmaras, em muitos casos, se comportam como os regedores. **Falta-lhes o uniforme** instituído em 1842, uma casaca azul com um ramo de carvalho de ouro, colete de caxemira branca, calças azuis, botas e chapéu redondo, mas permanecem os tiques de autoritarismo.

As autarquias não são diferentes da administração central. Antes pelo contrário. Partilham as mesmas falhas comportamentais, visíveis tanto nas políticas de contratação como na gestão dos dinheiros públicos. A peculiaridade das autarquias é a de que gerem territórios limitados geograficamente e, em muitos casos, são o principal empregador da região, criando dependências que se vão cristalizando no tempo.

A história das fundações, que já deviam ser extintas e ainda não foram, e o alargamento para um ano do prazo do programa de rescisões nas autarquias, terminando em Setembro de 2015, validam esta leitura. O calendário proposto para as rescisões significa tão-só que as mesmas não se irão fazer, ou terão proporções insignificantes no corte da despesa que era suposto atingirem, porque as eleições legislativas se realizarão também no próximo ano e nenhum regedor vai querer ser responsável pela perda de votos do seu partido. Ou seja, esta dilatação do prazo de rescisões tresanda a eleitoralismo, cristalizando a ideia de que o país está a ser governado à bolina dos votos que será preciso conquistar no próximo ano.

Já fundações como a do Carnaval de Ovar (que foi extinta) ou de Porto/Gaia (que gere o centro de estágios do F.C. Porto) são casos patéticos que atestam a forma como foram desvirtuadas as competências das câmaras municipais ou as artimanhas que estas usaram para poderem satisfazer determinadas clientelas. Das 21 fundações que o Governo sugeriu extinguir, na sequência de um censo realizado em 2012, 12 continuam em actividade.

Neste retrato, claro está, não cabem todos os presidentes de câmara. As generalizações pecam sempre por excesso e existem pelo país autarcas de méritos incontestáveis. Infelizmente são uma minoria e a integridade que demonstram acaba, não raras vezes, por lhes ser prejudicial.

O país dos regedores, que se espalham pelo poder central e local, continua a prevalecer. ■

A dilatação do prazo do programa de rescisões nas autarquias tresanda a eleições.



Polícias querem ser profissão de risco

PAULO RODRIGUES

PRESIDENTE DA ASPP

A Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) conta reunir, até ao final do ano, 15 mil assinaturas para apresentar no Parlamento uma petição que pede o "reconhecimento da profissão de risco dos polícias", disse o presidente. Paulo Rodrigues adiantou que reuniu, desde junho, cerca de seis mil assinaturas, grande parte de não profissionais da área.





BLOGOSFERA À ESQUERDA

Os 300 mil milhões prometidos por Juncker é suficiente para fazer crescer a EU?



Atirar dinheiro não chega

Duarte Gonçalves

Economista

Um novo impulso para promover o emprego, o crescimento e o investimento: esta foi a prioridade número 1 de Jean-Claude Juncker, o novo presidente da Comissão Europeia. E temos um número redondo:

300 mil milhões de euros por três anos. Ou cerca de 55 cêntimos diários por habitante da UE.

Porquê? A contracção económica paira de novo sobre a UE. Depois de quatro trimestres com taxas de crescimento homólogas do PIB real no verde e em crescendo, no segundo trimestre deste ano o crescimento abrandou. A verdade é que a UE nunca ultrapassou os 1,5% de crescimento do PIB. Agora situa-se nos 1,2% (0,7% para a zona euro). Crescimento sim, mas anémico, principalmente quando comparado com os 2,8% dos EUA e os 4,9% das economias emergentes previstos pelo FMI para 2014.

Juncker propõe então 300 mil milhões de euros, mas não sabemos de onde vem este número nem para onde vai. Isto além da promessa do costume: menor burocracia na alocação dos fundos à economia real e dirigidos para as PME para financiar investimento "inteligente" em infra-estruturas, educação, investigação e inovação, energias renováveis e eficiência energética.

Juncker pretende ainda elevar a produção industrial para 20% do PIB, mas como? Os sectores automóvel, aeronáutico, espacial, químico, farmacêutico e da engenharia que quer proteger já não são de fácil entrada para as PME que diz querer apoiar.

Nada é dito do que é essencial: quais as medidas em concreto, qual a distribuição, quais os estudos em que este número se baseia, qual o impacto esperado.

Atirar dinheiro para economias a diferentes velocidades não é resolver os problemas da (des)União. Quem na Europa pensa que consegue dizer se este pacote chega para fazer crescer a economia engana-se ou quer enganar. Depende da política, porque isto é apenas um número. ■

Quem na Europa pensa que consegue dizer se este pacote chega para fazer crescer a economia engana-se ou quer enganar.



F. PÚBLICA ■ INDEMNIZAÇÃO DE 1,25 SALÁRIOS/ANO



Leitão Amaro, secretário de Estado da Administração Local

Municípios pagam fatura

■ Rescisões amigáveis de trabalhadores nas autarquias arrancam já no início de outubro

● CRISTINA RITA/PEDRO H. GONÇALVES

As autarquias vão ter de suportar as indemnizações das saídas voluntárias dos funcionários locais. A portaria que regulamenta o programa de rescisões amigáveis nos municípios fica pronta até ao final de setembro e, ao contrário do que queriam os autarcas, as Finanças não ficam com a fatura.

Segundo o gabinete do secretário de Estado da Administração Local, Leitão Amaro, “os custos emergentes de acordos de rescisão são sempre suportados pela respetiva

entidade empregadora”, as autarquias, até “porque é a entidade a beneficiar, no longo prazo, da poupança na rubrica de despesas de pessoal”.

O diploma ainda está em negociação, mas deverá estar concluído até ao final de setembro. Os municípios devem poder iniciar as rescisões em outubro, num programa que durará um ano. A portaria prevê 1,25 salá-

rios de indemnização por cada ano de trabalho. A única situação em que o dinheiro do Estado financia as saídas é nas câmaras que recorram ao Fundo de Apoio Municipal.

A falta de entendimento no Governo está a dificultar a decisão sobre os acordos para manter as 35 horas de trabalho semanais nas câmaras, avançou ontem José Abraão, da FESAP. ■

Falta de entendimento dificulta 35 horas nas autarquias



Empresa tem até sexta-feira para responder à Parpública

RODRIGO CABRITA

EGF. Mota-Engil em primeiro lugar na corrida à privatização

Relatório da Parpública e Águas de Portugal já foi entregue aos concorrentes

A Mota-Engil, através da participada SUMA, ficou classificada em primeiro lugar no processo de privatização da EGF - Empresa Geral de Fomento, segundo o texto do relatório preliminar da Parpública e da Águas de Portugal (AdP), datado da passada sexta-feira, a que o "Diário Económico" teve acesso. Ainda segundo este jornal, a Parpública e a Águas de Portugal propuseram a seguinte classificação das propostas: SUMA, 1º lugar; FCC, 2º lugar; DST, 3º lugar". No dia 31 de Julho, o governo anunciou que tinha recebido quatro propostas vinculativas dos candidatos à privatização da EGF, a holding do grupo Águas de Portugal (AdP)

para o sector dos resíduos, de um lote de sete candidatos que passaram à segunda fase de privatização.

BES PROVOCA DESISTÊNCIAS De fora ficaram os agrupamentos constituídos pelo grupo português de gestão de resíduos EGEO, que se aliou ao fundo de investimentos em infra-estruturas Antin, bem como o consórcio composto pelas brasileiras Odebrecht e Solvi, que não apresentaram propostas.

A agitação do mercado financeiro provocada pelo caso BES, a falta de tempo para fazer uma avaliação correcta da EGF e a litigância dos municípios nos tribunais foram alguns dos motivos que levaram às desistências, segundo fontes contactadas na altura pela Lusa.

O consórcio chinês constituído pelas empresas Beijing Capital Group e Capital Environment Holdings Limited também aban-

donou a corrida.

A Parpública, entidade responsável pelo concurso, e a AdP tiveram um mês para elaborar este relatório com uma avaliação das propostas, tendo em consideração o preço proposto para a aquisição das acções da EGF, bem como a qualidade do projecto, propondo em seguida a escolha imediata da proposta vencedora ou a realização de negociações.

Agora o relatório será entregue ao Conselho de Ministros, que pode seleccionar a proposta vencedora ou abrir uma fase de negociações, mas pode também rejeitar a totalidade das propostas, caso considere que os critérios de selecção não foram cumpridos ou que os objectivos não foram concretizados, ficando sem efeito a opção de venda aos municípios.

Os consórcios têm até sexta-feira para se pronunciarem sobre o relatório.



FCC invoca “empate técnico” na privatização da EGF

Parpública emitiu relatório preliminar sugerindo a “escolha imediata” da Mota-Engil

Ilídia Pinto

ilidia.pinto@dinheirovivo.pt

OS ESPANHÓIS da FCC insistem que o Governo deveria promover uma ronda final de negociações entre os dois finalistas na corrida à privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) e invocam razões de “transparência” no processo e a necessidade de desfazer o que consideram ser um “empate técnico” entre a sua proposta e a da Mota-Engil. Isto no dia em que se soube que a Parpública e a Águas de Portugal emitiram já um relatório preliminar recomendando “a escolha imediata” do agrupamento SUMA (participada do grupo Mota-Engil) como vencedor do concurso.

A notícia foi ontem avançada pelo “Diário Económico”, que teve acesso em primeira mão ao relatório. Contactado pelo JN/Dinheiro Vivo, o chairman da Mota-Engil não quis comentar, sublinhando que o grupo ainda está a “analisar o relatório preliminar”.

Os três concorrentes –



GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGES

“Estamos a analisar o relatório”, diz António Mota

SUMA, FCC e DST, classificados por esta mesma ordem – têm até sexta-feira para apresentar os seus comentários ou contestar as conclusões do documento.

Fator preço

No entanto, António Mota sempre admite que o relatório – enviado às partes interessadas na última sexta-feira, dia 29 de agosto – mais não faz do que reconhecer o que considera uma evidência: “Nós temos a melhor proposta e a que melhor defende os interesses da economia portuguesa”.

No documento, Parpública e Águas de Portugal (AdP) defendem que o agrupamento SUMA “satisfaz amplamente todos os critérios em causa, bem como os objetivos da reprivatização da EGF” e, por isso, propõe a “escolha imediata” deste agrupamento.

Uma visão contestada pelos espanhóis da FCC, que consideram que, do ponto de vista do preço, a proposta da Mota-Engil é, apenas, “marginalmente mais favorável”, sublinhando que a sua proposta “é superior” no critério ambiental, e que ambas ficam “empatadas em todos os restantes critérios”. Por isso, insiste num “leilão final” entre os dois primeiros classificados para desfazer “este empate técnico”. ●

ENVOLVENTE

Ministério do Ambiente não comenta

“Este processo de privatização, por concurso público, compreende, antes da decisão pelo Conselho de Ministros, prevista ainda para setembro, a realização da audiência prévia dos candidatos sobre o relatório da Parpública/AdP. Essa audiência está em curso desde sexta-feira. O Governo apenas se pronunciará sobre a conclusão da privatização após decisão em Conselho de Ministros”, afirmou fonte oficial.

Quarto concorrente foi desclassificado

Além das propostas da Mota-Engil, FCC e DST, houve ainda uma quarta oferta, dos belgas da Indaver, mas foi desclassificada por não ser uma oferta vinculativa.



Moody's antecipa dificuldades para atingir a meta do défice em 2015

OE/2015 Agência de 'rating' considera meta para o próximo ano "desafiadora". 'Troika' antecipou regresso para analisar Orçamento.

Luís Reis Pires
luis.pires@economico.pt

A construção do Orçamento do Estado para o próximo ano está a gerar expectativas nas instituições internacionais, que antecipam dificuldades para o Governo atingir a meta do défice de 2015 que está prevista nos Procedimentos por Défices Excessivos. Em declarações ao Diário Económico, a agência de 'rating' Moody's considera que a meta é "desafiadora", devido ao chumbo do Tribunal Constitucional (TC) à Contribuição de Sustentabilidade sobre as pensões (CES) prevista para o próximo ano. A preocupação com o Orçamento do Estado para 2015 (OE/2015) foi, aliás, a principal razão para a 'troika' decidir voltar a Portugal já em Outubro.

A Moody's não ficou particularmente preocupada por a equação da consolidação orçamental em 2014 ter-se virado do avesso no Orçamento Rectificativo, passando a dar muito mais peso à receita e menos à despesa.

"A despesa do governo português está acima da meta, mas isso reflecte em larga medida o ajustamento na factura salarial do sector público, após as decisões do Tribunal Constitucional", disse ao Diário Económico Kathrin Muehlbronner, analista sénior de dívida soberana da Moody's, responsável pela dívida portuguesa. "Consideramos que a meta do défice para 2014 continua exequível", acrescenta, sublinhando que "as receitas estão a evoluir favoravelmente e o Governo reafirmou o seu compromisso em trazer o défice para 4% do PIB".

O problema, considera a agência de 'rating', pode chegar no próximo ano. "A meta para 2015 é mais desafiadora", diz Muehlbronner, "porque algumas das medidas que estavam planeadas para o próximo ano foram rejeitadas pelo Tribunal Constitucional".

Os desafios no caminho do Governo também preocupam a 'troika'. As autoridades internacionais vão regressar a Portugal em breve, para a primeira visita pós-programa de ajustamento. O regresso após o fim de um programa faz-se, por norma, seis meses após a conclusão do mesmo e, no caso da economia nacional, chegou a estar pensado para o início do próximo ano. Mas a 'troika' considerou que seria demasiado tarde, sobretudo porque quer ver as medidas que o Executivo quer inscrever no OE/2015, para cumprir a meta do défice.

O chumbo à Contribuição de Sustentabilidade (avaliada, no total, em cerca de 600 milhões de euros) é um factor de pressão que obriga a que se encontrem alternativas, a que se juntam outros (ver caixas em baixo), incluindo a decisões sobre medidas que até aqui eram justificadas pelo programa da 'troika' (ver texto na página 9).

Os desafios no caminho do Governo também preocupam a 'troika'. As autoridades internacionais vão regressar a Portugal em breve.

das pelo programa da 'troika' (ver texto na página 9).

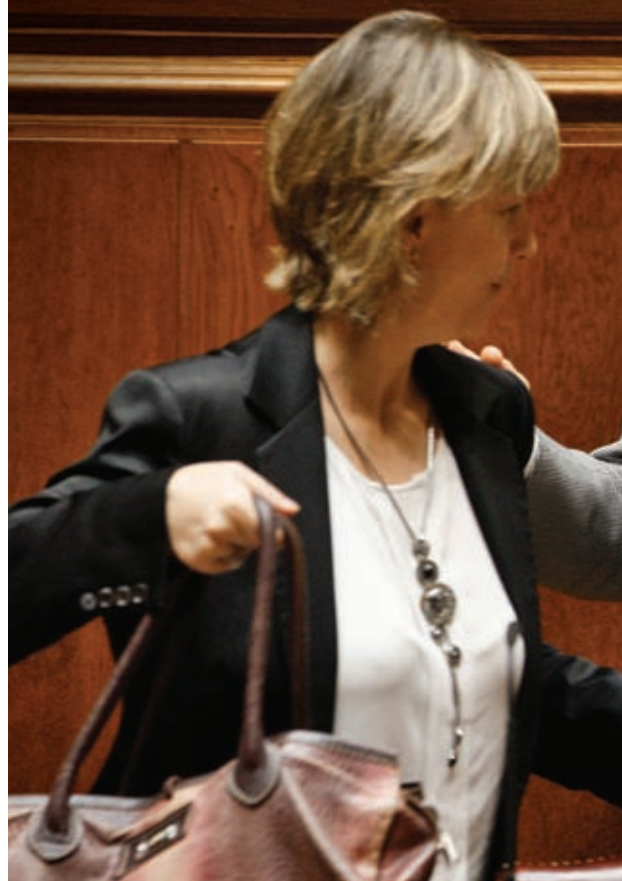
A única flexibilização que as autoridades internacionais poderiam admitir, em caso de deterioração económica, seria nas metas nominais, obrigando a manter o ritmo da consolidação estrutural (que desconta o efeito do ciclo económico). Mesmo nessa campo o Executivo já perdeu margem, porque no Rectificativo reviu em baixa o ritmo do ajustamento estrutural previsto para este ano - para 0,5%, face aos 0,7% do Documento de Estratégia Orçamental (DEO) e aos 1% do OE/2014.

A decisão do Governo em não avançar alternativas agora, aliada à forma como o programa de ajustamento terminou - no final de Maio o TC chumbou três normas do Orçamento e já na altura o Executivo decidiu não avançar alternativas, levando à não aprovação da última tranche -, faz com que a 'troika' tenha especial interesse em analisar o desenho do OE/2015.

O Diário Económico também questionou a Fitch e a Standard & Poor's sobre as metas deste ano e do próximo. A S&P não respondeu até ao fecho desta edição, e a Fitch remeteu para o último relatório sobre a economia portuguesa, publicado após a decisão do TC sobre a CES.

No documento, a agência considera que, ao aprovar parcialmente algumas das medidas de redução de despesa, o TC "reduziu um risco-chave" para a consolidação "este ano", mas retirou "flexibilidade orçamental no futuro", antevendo um défice de 2,7% do PIB em 2015. ■

O regresso da tensão política entre o núcleo duro de Passos Coelho - que conta com a ministra das Finanças - e Paulo Portas é uma fonte de pressão política sobre os planos orçamentais para 2015.



AS PRESSÕES SOBRE O OE/2015

1.

Impacto dos chumbos do Tribunal Constitucional

O chumbo da CES, abriu um buraco de 372 milhões de euros. Como a CES faz parte da reformado sistema de pensões, o Executivo decidiu não avançar com o aumento do IVA e da Taxa Social Única. São mais 250 milhões de euros. Nos salários, não se pode contar com os cortes agravados, apenas se pode aplicar as reduções menos acentuadas, validadas pelo TC.

2.

Não há margem para falhas no Rectificativo

Contrariamente a este ano, o Governo não deve começar o próximo com uma ajuda vinda da execução do ano anterior. O Orçamento Rectificativo mostra que as contas públicas estão no limite, não havendo um 'carry-over' positivo para 2015. E o ajustamento estrutural revisto para o mínimo previsto nas regras europeias também implica menos margem de manobra.



Fim da “emergência” dita reavaliação de medidas

Para as contas de 2015 o Governo tem de decidir sobre medidas que terminam este ano. A suspensão das reformas antecipadas é uma delas.

Cristina Oliveira da Silva e Marta Moitinho Oliveira
cristina.silva@economico.pt

O Governo tem de baixar o défice para 2,5% no próximo ano, mas parte para a discussão interna do Orçamento do Estado para 2015 com vários obstáculos. Além de já não contar com os 662 milhões de euros das alterações previstas nas pensões, o Executivo terá de reavaliar medidas de emergência que só vigoram até ao final do ano. Entre elas está a suspensão das reformas antecipadas na Segurança Social.

O congelamento do acesso às reformas antecipadas entrou em vigor em Abril de 2012 e devia produzir efeitos durante o programa de ajuda externa. Mas a medida acabou por ser prolongada através do Orçamento do Estado, já que o Governo incluiu um artigo que manteve em vigor até 31 de Dezembro deste ano todas as iniciativas “directamente dependentes da vigência” do programa da ‘troika’ (que terminou a meio do ano). Para 2015, o Governo tem de decidir que medidas serão renovadas e aquelas que deixa cair.

Questionado pelo Diário Económico, o Ministério do Emprego e Segurança Social não respondeu se vai ou não prolongar a suspensão das reformas antecipadas no próximo ano. Mas os especialistas contactados pelo Diário Económico acreditam que não há grande margem para deixar cair esta medida no final do ano.

O professor da Universidade de Évora, Jorge Bravo, não antevê “uma liberalização total” do acesso às reformas antecipadas e, se “houver abertura” ao regime, poderá ser com regras mais apertadas, refere. Também João Cerejeira, professor da Universidade do Minho, acredita que é provável que o

Governo mantenha a medida, ou, em alternativa, introduza penalizações mais fortes, tendo em conta o problema orçamental de curto prazo e também a questão estrutural da sustentabilidade da Segurança Social. As reformas antecipadas já são mais penalizadas, depois de a idade de reforma ter aumentado e de o factor de sustentabilidade ter sido alterado.

Inicialmente, o ministro Mota Soares esperava poupar 450 milhões de euros com as restrições nas pensões antecipadas em 2012 e 2013. O impacto efectivo desta opção não é porém conhecido. A evolução do número de pensionistas de velhice parece reflectir esta medida, conjugada com o aumento da idade de reforma. Em Julho, pelo sexto mês consecutivo, o número de pensionistas

de velhice caiu. Nos dados compilados desde 2001, nunca se verificaram quebras consecutivas. Jorge Bravo aponta duas possíveis explicações para esta evolução: o impedimento no acesso à pensão antecipada, conjugado com o recente aumento da idade de reforma.

Além das reformas antecipadas, há outras medidas de vigência limitada que, ao desaparecerem, terão impacto negativo nas contas públicas. Em 2014, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, o Governo congelou o valor das pensões, aumentando apenas as pensões mínimas. Para isto, teve de suspender o mecanismo de actualização automática que vigorava até aqui. Estava prevista a discussão de uma nova fórmula de actualização das pensões com os parceiros sociais mas, pelo menos para já, essa ideia ficou de parte, juntamente com o diploma que criava a nova Contribuição de Sustentabilidade. Falta saber como evoluem as pensões em 2015.

Ainda durante o ano de 2014 e como “medida excepcional de estabilidade orçamental”, o Governo manteve o agravamento em 50% do corte nas transferências concedidas a um conjunto de fundações. Além disso, o valor das horas extraordinárias foi ainda mais reduzido para os funcionários públicos que mantenham o horário semanal de 35 horas, o Estado conta com regras restritas na renovação de contratos a termo e também foram suspensos, em determinadas condições, os complementos de pensão de empresas públicas com prejuízo. Todas estas medidas são provisórias e, por isso, cabe ao Governo decidir que iniciativas ficam por aqui e quais as que se vão renovar.

Se o Governo quiser prolongar as medidas que vigoraram sob a alçada do programa de ajustamento, terá de encontrar uma outra justificação, refere o deputado do PSD Duarte Pacheco, lembrando que, agora, o objectivo é o cumprimento do Tratado Orçamental. ■

3.

A economia e a banca também não ajudam

A Europa está a fraquejar e Portugal tem os principais parceiros comerciais outra vez em dificuldades. Para piorar, os preços em Portugal estão em queda há seis meses, aumentando o risco de deflação. Isso, aliado ao impacto do BES na confiança dos portugueses, terá impacto no cenário macroeconómico do OE e aumentará a pressão sobre as contas públicas.

4.

Margem para descer impostos desapareceu

O Governo nunca escondeu a vontade de descer impostos em 2015 - ano eleitoral -, mas reconheceu que qualquer descida estaria dependente da margem orçamental. A forma como no Rectificativo foi resolvido o problema do Constitucional e dos desvios na despesa leva a acreditar que em 2015 pode não haver a tão desejada descida no IRS.

MEDIDAS TEMPORÁRIAS

- Mantém-se o agravamento em 50% das reduções de transferências a conceder a um conjunto de fundações.

- À excepção das pensões mínimas, as restantes reformas ficam congeladas, devido à suspensão do mecanismo de actualização automática.

- Funcionários públicos que mantenham o horário de 35 horas vêem agravado o corte no valor das horas extra.

- Renovação de contratos a termo no Estado é limitada.



Moody's antecipa riscos para cumprir meta do défice em 2015

Agência de 'rating' adiantou ao Diário Económico que a meta orçamental para o próximo ano é "desafiadora", em especial depois do chumbo do Tribunal Constitucional à Contribuição de Sustentabilidade. Preocupação da Moody's com o Orçamento de 2015 é partilhada pela 'troika', que vai antecipar regresso ao país para avaliar o pós-programa de ajustamento. — PB

AUDIÇÕES PARLAMENTARES A MEMBROS DO CONSELHO GERAL INDEPENDENTE DA RTP

Independentes defendem cooperação

■ Às reservas do PS, PCP e BE quanto à sobreposição ou conflito de competências na RTP com a entrada em funções do Conselho Geral Independente (CGI), os dois elementos ouvidos ontem na Assembleia da República asseguraram a “intenção de cooperação entre os diferentes órgãos”, diz Mendes Bota, presidente da Comissão de Ética e Comunicação.

António Maria Maciel de



Audições no Parlamento

Castro Feijó e Ana Isabel Lourenço, os membros indigitados pelo Governo para o CGI, abriram as audições, que se prolongam por mais dois dias.

Durante a manhã de hoje serão ouvidos Simonetta Luz Afonso e Manuel Pinto. À tarde é a vez dos membros cooptados para o Conselho Geral Independente da RTP Diogo José Fernandes Homem de Lucena e Álvaro Cordeiro Dâmaso. ■



Uma avaliação destruidora

Carlos Fiolhais

Quando em Junho passado foram anunciados os resultados da “avaliação” (entre aspas pois de avaliação só tem o nome) promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) a todas as unidades de investigação científica levantou-se uma enorme onda de protestos. Os resultados eram inacreditáveis porque o método era inacreditável. Descobriu-se que havia uma quota escondida no contrato entre a FCT (ordenante) e a European Science Foundation (executante): 50% dos centros eram à partida para abater, de acordo com uma teoria que foi anunciada como sendo uma “poda” (está visto que nada sabem da poda, ninguém poda um pomar abatendo pela raiz metade das árvores ricas em frutos). Descobriu-se também, conhecidos os avaliadores e as classificações por eles atribuídas, que as regras da FCT tinham sido alteradas por ela própria a meio do processo, diminuindo drasticamente o número de avaliadores, o que fez com que haja em muitos casos notas dadas, de um modo necessariamente arbitrário, por não especialistas.

Os investigadores, habituados à competência e ao rigor, não aceitam esta bambochata, que vai causar uma razia sem precedentes num sistema que tão boas provas tem dado até agora, estando num caminho ascensional para a média europeia. O Conselho de Laboratórios Associados, que reúne mais de 2500 cientistas dos maiores e melhores laboratórios, pronunciou-se contra. As Sociedades Portuguesas de Física, Química, Matemática e Filosofia pronunciaram-se contra. A Comissão Nacional de Matemática, que integra todos os centros desta área, pronunciou-se contra. Os reitores pronunciaram-se contra. O reitor da Universidade de Lisboa,

de longe a maior do país e também a melhor a avaliar pelo último ranking de Xangai, foi particularmente demolidor. Os sindicatos dos professores e investigadores pronunciaram-se contra. A associação nacional de bolsiros pronunciou-se contra. Até os próprios Conselhos Científicos da FCT se revelaram críticos.

Todos estarão contra esta “avaliação”? Não. O imunologista jubilado António Coutinho, pai assumido da “teoria da poda”, revelou-se num artigo do *Expresso* a favor, afirmando entre outros dislates que muitos professores universitários tinham era de ensinar, abandonando a investigação que não estaria ao alcance deles mas sim e apenas de grandes mentes. Só há um pequeno problema: ele não é inteiramente isento, pois, além de mentor do abate, é o coordenador do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, órgão presidido por Pedro Passos Coelho e, portanto, comprometido com a política do Governo.

O processo continua a decorrer e a causar estragos na reputação do país: a revista *Physics Today* da Sociedade Americana de Física acaba de dedicar, facto inédito, duas páginas à maior crise da ciência portuguesa. E na comunidade científica: por exemplo, Paulo Veríssimo, um professor sénior de Informática da Universidade de Lisboa, de um centro chumbado, fartou-se e fez as malas para emigrar, tal como alguns bons jogadores de futebol no fim do período de transferências. Para montar o seu grupo, a Universidade do Luxemburgo dá-lhe cinco milhões de euros, quase tanto como os seis milhões que a FCT quer atribuir como “bodo aos pobres”, uma esmola piedosa, para dividir pelos 154 centros condenados. Além de Coutinho ninguém mais acredita em Miguel Seabra, presidente da FCT, ou em Nuno Crato, que, como disse o jornalista Nicolau Santos do *Expresso*, pode ficar conhecido como “science killer”. Executar sumariamente metade dos centros de investigação é algo que nunca pensei que ele fosse capaz. A nossa ciência

estava a crescer, mas “fogo amigo” está a dizimar metade das tropas. O pretexto de que nem todos são excelentes é ridículo: há algum país onde todos o possam ser? Essa é aliás a característica da excelência, só alguns o podem ser, mas para o serem precisam de outros. Chamar mediocres aos que não são excelentes, como faz Coutinho, denota uma visão distorcida do mundo.

Os países precisam de ciência e da tecnologia para se desenvolverem. Portugal precisa de aproveitar bem os recursos que tem nesta área. Como país

“Fogo amigo” está a dizimar metade das tropas da nossa ciência



pequeno precisa de aproveitar da forma mais eficiente os seus recursos humanos. Para isso é necessário proceder a uma distribuição inteligente do financiamento, vendo onde é que o investimento de um euro terá o maior retorno. Ao concentrar praticamente todo o financiamento em apenas metade das unidades de investigação, o

retorno pode revelar-se bem inferior ao que seria obtido investindo também nalgumas das outras unidades, cujo trabalho meritório está à vista. Um país não se torna mais desenvolvido deitando fora metade da sua ciência e tecnologia, desprezando anos de investimento feito com o dinheiro dos contribuintes, ainda por cima por um processo repleto de irregularidades. Não seria mais útil, para nos tornarmos mais desenvolvidos, deitar fora metade do Governo?

**Professor universitário. tcarlos@uc.pt
Escreve mensalmente à quarta-feira**



03-09-2014

Tiragem: 16000

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 7

Cores: Preto e Branco

Área: 4,76 x 8,01 cm²

Corte: 1 de 1



Segurança Social exige 35 euros por dívida de 4 cêntimos

LISBOA A Segurança Social exigiu o pagamento de 34,96 euros a um homem que tinha uma alegada dívida de 0,04 euros, de acordo com um documento a que a Lusa teve acesso. A notificação da Segurança Social diz que "o valor total em dívida em execução fiscal é de 34,96 euros, incluindo capital, juros e custas" por uma alegada dívida de 4 cêntimos. O visado rejeita ter aquela dívida Mas tem "o prazo de dez dias" para efectuar o pagamento integral do montante em causa.



Rescisões amigáveis nas autarquias entram em vigor a 1 de outubro

Governo preparou um novo diploma e incluiu as associações de municípios

Lucília Tiago

ltiago@dinheirovivo.pt

O PROGRAMA de rescisões amigáveis nas autarquias deverá arrancar a 1 de outubro deste ano, mantendo-se ativo até ao final de setembro de 2015. Estas novas datas constam da mais recente proposta de portaria, a que o JN/Dinheiro Vivo teve acesso.

O programa de rescisões por mútuo acordo nas autarquias vai estar em cima da mesa das reuniões que o secretário de Estado da Administração Local convocou para amanhã.

A definição das datas para o início e o fim dos processos de candidatura às desvinculações amigáveis é uma das alterações que surge na nova proposta de portaria que será analisada naqueles encontros.

O diploma anterior previa que o programa estivesse ativo até dezembro deste ano, alargando o prazo até 31 de de-



SARA CATALUNA / GLOBAL IMAGES

zembro de 2015 para as autarquias que se encontrem a beneficiar do regime de recuperação financeira criado pelo Fundo de Apoio Municipal.

As datas agora definidas estipulam que o programa vai estar aberto entre outubro deste ano e setembro de 2015. No caso dos municípios em

António Leitão Amaro, secretário de Estado da Administração Local

recuperação financeira, não foram introduzidas alterações.

Além disto, a nova versão do diploma estende às associações de municípios e fins específicos este programa de rescisão por mútuo acordo. Já em relação à idade dos funcionários públicos (até aos 59

anos, inclusive) que podem aderir e ao valor da compensação (1,25 ou 1 mês de salário por cada ano completo de serviço) mantém-se a versão anterior.

Por esclarecer continua a questão de quem vai custear as saídas amigáveis das administrações locais, sendo que esta questão deverá ser abordada nestas reuniões.

Até agora, o Estado central avançou já com vários programas de rescisões amigáveis, mas esta será a primeira vez

**QUEM ADERIR
RECEBE ENTRE
1,25 E 1 MÊS
DE SALÁRIO
POR CADA ANO
DE SERVIÇO**

que haverá um plano desenhado especificamente para as autarquias. Na administração central, o primeiro programa abrangia técnicos menos qualificados, um segundo foi dirigido a professores e, por último, foram os técnicos superiores, este com fraca adesão. ●



Os tempos actuais: Portugal e o Eurojust



CELESTE CARDONA
Ex-ministra da Justiça

Os tempos que correm têm sido pródigos em lições. Os ensinamentos que delas se retiram deveriam ser meditados por todos: cidadãos e instituições públicas e privadas.

Uma das lições que deles resultam é a da necessidade de se desenvolver uma melhor coordenação da “justiça” com os instrumentos de regulação independentes.

Sem uma coordenação permanente e sistemática entre o sistema judicial – em especial o Ministério Público (MP) – e os tais organismos de vigilância e controlo das actividades económicas e financeiras, parece agora mais evidente a dificuldade de assegurar o normal funcionamento da vida da nossa sociedade, da vida de todos nós: empresários, investidores, instituições e cidadãos.

A dimensão e a abrangência internacionais de alguns dos casos vindos a público aconselham, por outro lado, o aperfeiçoamento e a intensificação dos mecanismos de cooperação judiciária e, sobretudo, da cooperação judiciária europeia.

A vida económica e financeira de uma dada sociedade não se restringe, nem pode, portanto, ser controlada hoje por via de mecanismos judiciais

existentes apenas dentro das fronteiras de um só país.

A União Europeia vem, há muito tempo, promovendo e aperfeiçoando mecanismos de cooperação que optimizam tal cooperação e que permitam uma resposta mais rápida das justiças nacionais, designadamente nos casos relacionados com a criminalidade económica e financeira.

Entre os mecanismos criados a nível europeu para responder a tais necessidades de investigação célere e eficaz salienta-se, pela experiência adquirida e trabalho desenvolvido, o Eurojust.

A Procuradoria-Geral da República indicou, faz tempo, nos termos da lei vigente e no âmbito da autonomia do MP, três nomes ao Governo para que, através do Ministério da Justiça e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, escolhesse o representante de Portugal naquele organismo.

Esses três nomes foram escrutinados pela Assembleia da República (AR), através de uma audição conduzida simultaneamente pelos deputados que integram as comissões parlamentares de Direitos, Liberdades e Garantias e de Assuntos Europeus. Todos foram aprovados por unanimidade pela AR.

O Governo escolheu, depois, um deles e solicitou ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) que, também nos termos da lei vigente, verificasse se existia algum impedimento legal e, não havendo, aprovasse a comissão de serviço do magistrado escolhido.

Numa votação em que parece difícil entender o que verdadeiramente se votou – mas seguramente não foi a verificação de nenhum impedimento legal que afectasse o nome escolhido – o CSMP, apenas com três votos desfavoráveis, negou aquela autorização.

Não vale a pena discorrer muito mais sobre o que aí se teria passado.

O risco de o fazer neste espaço poderia ser o de pôr em causa o sentido de responsabilidade da actuação de tal órgão e de alguns dos seus membros, o que não é o propósito desta minha reflexão.

Outros já escreveram sobre isso, demonstrando a sua preocupação com a as decisões do CSMP e as consequências que elas podem ter na configuração futura da autonomia do MP.

A autonomia do MP não pode, com efeito, ser hoje questionada, nem à luz da Constituição nem dos instrumentos internacionais e europeus sobre o funcionamento da justiça. Mas uma coisa é questionar a autonomia do MP, outra, bem diferente, é questionar a actuação dos órgãos que a CRP e o Estatuto do MP criaram para a assegurar que ela é exercida de acordo a lei e o direito.

A autonomia do MP existe, entre outras razões, para reduzir o grau de discricionariedade e possíveis arbitrariedades na gestão da carreira dos magistrados por causa do exercício isento das funções judiciais: para que estas não sejam afectadas por escolhas aleatórias.

A autonomia não existe, deste modo, para substituir uma eventual discricionariedade política por uma qualquer outra de natureza corporativa. Portugal precisa urgentemente de preencher o lugar que lhe cabe no Eurojust.

Espera-se, por isso, que o CSMP, no âmbito das competências que o Estatuto do MP e a lei lhe definem, possa com brevidade e com isenção completar um processo que, estranhamente, tarda e que, por isso mesmo, urge finalizar.

Por decisão pessoal, a autora do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico



PCP condena asfixia financeira do poder local

Autarquias

O PCP mostrou-se ontem preocupado com a asfixia financeira das autarquias, por considerar que cria uma situação de dependência do poder local, no final de um encontro com a Associação Nacional de Freguesias (Anafre). O encontro foi o primeiro de uma série de audiências pedidas pela nova direção da Anafre aos partidos políticos e grupos parlamentares, durante as quais as freguesias pretendem sensibilizar para problemas de aplicação prática da reforma administrativa no terreno, de realização das novas competências e propor que mais eleitos locais possam trabalhar em regime de permanência nas autarquias.

Neste sentido, o presidente da Anafre, Pedro Cegonho (PS), destacou que a associação pretende apresentar “um corpo de texto” que sirva de base a uma nova lei, a qual permita, “com a maior brevidade”, que mais eleitos locais trabalhem nas freguesias, tendo em conta as novas competências que estes organismos têm de desempenhar e a maior dimensão de muitas delas após o processo de agregação. “A nossa preocupação neste momento é ter uma estrutura de eleitos locais ao dispor da população que seja coerente com as competências e os territórios das freguesias. Julgo que é possível haver uma coincidência entre as preocupações ao nível da despesa e termos mais eleitos ao serviço das populações”, explicou.

No final do encontro, Jerónimo de Sousa considerou que “o problema de fundo é um processo de asfixia financeira das autarquias”, que “tende naturalmente a criar uma situação de dependência”.

“As freguesias ficariam com mais competências, mas com menos verbas para executar essas competências e, nesse sentido, nós consideramos que os autarcas têm a responsabilidade, como representantes das populações, de defender o poder local para defender as próprias populações. E esta política friamente pensada tem como objectivo criar, não um poder local democrático autónomo, mas um poder local que faria aquilo que o Governo não quer fazer sem lhe atribuir os respectivos meios financeiros”, disse.

O líder comunista salientou que o PCP também não considera “como definitivamente arrumado o processo de reorganização administrativa que levou à extinção de mais de mil freguesias”. **Lusa**



FISCO // DE ONDE VIRÃO OS GANHOS

Combate à fuga explica metade da subida da receita fiscal

- **Luta** contra a fraude fiscal permitirá ao Estado encaixar mais 747 milhões de euros em impostos
- **Subida** da receita é conseguida sem ter havido mudanças no IRS e no IVA entre 2013 e 2014

Lucília Tiago
ltiago@dinheirovivo.pt

O aperto do cerco aos contribuintes (empresas e particulares), sobretudo aos que estavam fora da alçada do Fisco, terá um contributo quase tão relevante como o da melhoria da economia na subida da receita.

O Governo espera que os impostos rendam este ano mais 1639 milhões do que em 2013. Parte deste aumento resultará da melhoria de alguns indicadores económicos. Mas há uma parcela, avaliada pelo Ministério das Finanças em 747 milhões de euros, que é diretamente atribuível ao conjunto de medidas que têm sido tomadas no sentido de incrementar a eficiência e de combater a fraude e evasão fiscal.

Expurgados os efeitos do RERD (o Plano de Regularização de Dívidas Fiscais que esteve ativo na reta final de 2013), a receita fiscal cobrada pelo Estado somou 35 342 milhões de euros no ano passado. Para 2014, o Orçamento do Estado contava, logo na sua versão inicial, com um valor mais ambicioso e, no Retificativo apresentado na última semana, o Governo subiu de novo a parada, apontando agora para uma receita fiscal na ordem dos 36 981 milhões de euros. O melhor desempenho dos impostos é, de resto, a princi-

pal justificação para que o Governo mantenha a meta do défice nos 4%, apesar da derapagem do lado da despesa e do impacto das decisões do Tribunal Constitucional, sem recorrer ao aumento de impostos.

A subida de receita fiscal em 2014 será conseguida sem que tenha havido mudanças no IVA e IRS de 2013 para este ano, sendo, por isso, parcialmente explicada pelo novo cenário macroeconómico: em vez de 0,8% de crescimento da economia, o Governo aponta agora para 1%. Espera-se ainda que o emprego, o desemprego e o consumo privado tenham um comportamento mais favorável do que inicialmente esperado.

Todos somados, estes fatores ajudarão a compor a receita do IRS (esperando-se agora que esta gere mais 305 milhões) e a do IVA (mais 973 milhões). O aumento dos salários da Função Pública, depois do chumbo do TC, au-

mentou a massa salarial e com isso o IRS.

Globalmente, segundo dados facultados ao JN/Dinheiro Vivo pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, a melhoria dos indicadores macroeconómicos deverá contribuir com 892 milhões de euros para o acréscimo da receita, enquanto os restantes 747 (46% do total) se devem a outros efeitos, nomeadamente a aperto do cerco aos contribuintes que não pagavam ou pagavam menos impostos do que o devido. Para este aumento da eficiência fiscal têm contribuído os novos sistemas de faturação e de guias de transporte e também a informação de que o Fisco passou a dispor com a declaração mensal de remunerações.

Neste contexto, o secretário de Estado Paulo Núnzio salienta que o reforço da eficácia contra a fraude e economia paralela permitiu detetar "um número muito significativo de contribuintes incumpridores" que devido ao reforço do cruzamento de dados "passaram a pagar os impostos devidos", contribuindo para que em 2014 se atinja um recorde na cobrança de impostos.

Aqueles valores foram calculados tendo em conta as bases macroeconómicas que podem influenciar o comportamento da receita num contexto de inalteração de regras e de taxas e a aplicação de elasticidades. ●

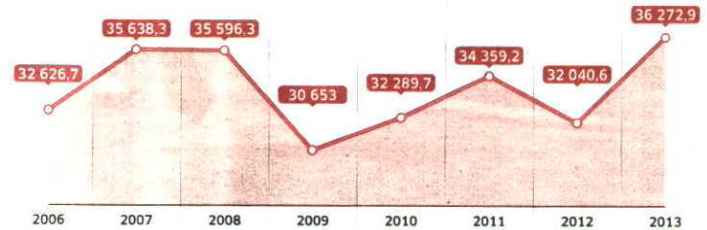
EMPRESAS

2,1%

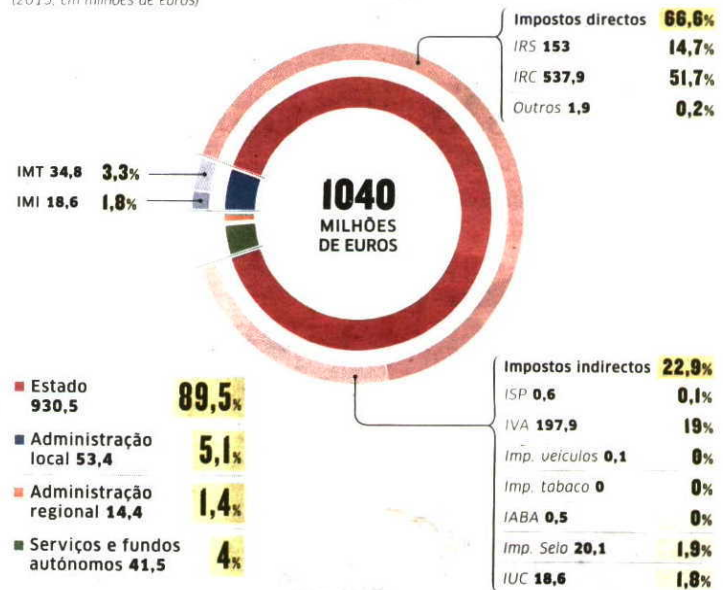
Receita do IRC cai
Ao contrário do IRS, a receita do IRC cairá 2,1% refletindo as alterações introduzidas neste imposto.

IMPOSTOS // GANHOS DO TESOURO

RECEITA FISCAL DO ESTADO
(em milhões de euros)



RESULTADOS FINAIS DA RECEITA FISCAL GLOBAL DO RERD (Plano de regularização de dívidas)
(2013, em milhões de euros)



Fonte: CCE - INFOGRAFIA JN

Fatores que explicam mais receita fiscal

Indicadores macro

Em 2014, a taxa de desemprego deverá ficar em 14,2% (abaixo dos 17,7% antes previstos). O emprego vai crescer mais, tal como o consumo privado e as exportações.

Salários

Os cortes salariais a que os funcionários públicos tinham sido sujeitos em janeiro de 2014 foram interrompidos em maio. Mais remunerações traz mais IRS.

Faturas e declaração

Há 896 mil empresas a comunicar faturas à AT (+70 mil novas empresas face a 2013). Mais de 400 mil estiveram sob o controlo das retenções na fonte do IRS.

Paulo Núnzio salienta: mais contribuintes cumpridores irá levar a uma meta histórica na receita fiscal





PRIMEIRO PLANO// P.4

**Combate à fuga
fiscal rende 747
milhões ao Estado**



Professores têm segunda oportunidade para fechar acordo de rescisão

Os 1.717 professores que até Junho pediram para sair do Estado e que ainda não receberam qualquer resposta do Governo, podem vir a ter a sua rescisão aprovada a partir da próxima semana.

Ana Petronilho

ana.petronilho@economico.pt

O programa de rescisões para os professores do básico e secundário vai atravessar uma nova etapa a partir da próxima semana, sabe o Diário Económico. Ou seja, os 1.717 professores que aceitaram sair do Estado e que ainda não receberam qualquer resposta ao seu pedido de rescisão ainda podem ver o seu processo aprovado pelas Finanças.

Isto porque, até dia 10 de Setembro, os 1.889 professores já notificados pelo Ministério da Educação (MEC) terão de dar a resposta final que valida a sua saída do Estado. Caso haja professores que requeiram a rescisão existe margem orçamental para a tutela de Nuno Crato analisar novamente os processos dos 1.717 que estão a aguardar a aprovação de rescisão. No entanto, o número de processos pendentes que vão ser reanalisados está dependente do 'plafond' de 114 milhões de euros definido pelas Finanças para o pagamento das compensações aos professores (já aumentado face ao valor inicial de 83,7 milhões). Ou seja, todos os processos que Nuno Crato entender que preenchem os critérios exigidos terão de ser enviados para as Finanças, a quem cabe a decisão final.

A informação está a ser avançada pela Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) a alguns directores de escolas, que entraram em contacto com os serviços do Ministério da Educação para esclarecer as suas dúvidas sobre os processos pendentes. Isto porque os 1.717 professores "não tiveram resposta de processo indeferido", levantando várias dúvidas entre os directores escolares.

"A informação que nos deram foi que vão fazer uma reanálise dos processos pendentes, dependendo da verba disponível", revela ao Diário Económico um



Os 1.889 docentes que já foram notificados têm até ao próximo dia 10 para decidir se aceitam ou não a rescisão.

Paulo Alexandre Coelho

director escolar. O Ministério da Educação "prevê que muitos professores venham a rejeitar as propostas porque os valores inscritos nas propostas são ilíquidos", acrescenta o mesmo director. Ou seja, os professores que aceitem rescindir e que recebam compensações superiores a um salário serão tributadas em sede de IRS. O valor tributado será a diferença entre um salário e o valor recebido, com taxas que dependem do valor do rendimento, podendo ir de 14,5% a 48%.

O pagamento do imposto, o não acesso ao subsídio de desemprego, a impossibilidade de voltar a trabalhar no Estado e a falta de resposta do mercado de trabalho

Muitos professores podem rejeitar as propostas de rescisão porque os valores inscritos são ilíquidos.

são os principais motivos que deverão levar a que "muitos professores" acabem a rejeitar a rescisão, prevêem os directores.

De acordo com as orientações dadas em Agosto pela tutela às escolas, todos os professores que rejeitem a rescisão vão continuar a dar aulas nas escolas onde estiveram colocados no último ano lectivo.

Contactados pelo Diário Económico os ministérios da Educação e das Finanças não revelaram a data em que vai avançar a nova fase do programa de rescisões dos professores.

Entre os programas de rescisão para os trabalhadores do Estado, os professores foram quem mais pediu para sair da Função Pública. Até ao final de Junho, quando terminou o programa, foram 3.606 os docentes que aderiram. Contas feitas, em média, todos os dias durante os sete meses em que decorreu o programa 15 professores pediram para rescindir. ■



Professores vão ter nova oportunidade para fechar acordo de rescisão → P3



Mais um ataque fiscal



Luís Menezes Leitão

Foi publicada recentemente a Lei 53/2014, de 25 de Agosto, que estabelece um regime da recuperação financeira municipal através de um Fundo de Apoio Municipal. A necessidade da recuperação financeira das autarquias era absolutamente evidente, uma vez que todos sabem do despesismo irresponsável em que grande parte das autarquias se envolveram. Precisamente por isso, ainda antes de o Fundo ter sido implementado, já várias autarquias vieram referir que necessitam de assistência financeira urgente. Infelizmente, no entanto, as dificuldades em que as autarquias se colocaram vão ser resolvidas à custa dos proprietários de imóveis nesses municípios, que mais uma vez são chamados a pagar a factura da incompetência e da irresponsabilidade alheias.

A obsessão das autarquias em obter receitas à custa dos proprietários não é infelizmente novidade alguma. Apesar de o IMI ter subido para valores insustentáveis, cuja verdadeira percepção se sentirá em 2015 com o fim da cláusula de salvaguarda, muitos municípios não hesitaram em fixar a taxa máxima de IMI de 0,5%. Ao mesmo tempo, aumentaram as taxas municipais que cobram para valores irrealistas e chegaram ao ponto de inventar taxas por serviços que efectivamente não prestam aos proprietários. Um bom exemplo é a taxa de protecção civil, a que várias câmaras municipais recorreram. A protecção civil é função geral do Estado, que por esse motivo não pode ser financiada por taxas que apenas alguns pagam. Mas em vários municípios do país essa taxa é ilegítimamente cobrada aos proprietários dos imóveis.

Ora, o que esta Lei 53/2014 nos vem dizer é que, caso seja neces-

sário proceder ao reequilíbrio orçamental das autarquias, a factura vai mais uma vez cair sobre os proprietários. Efectivamente, o art. 35º da referida lei prevê nesse caso a definição das taxas máximas nos impostos municipais, designadamente o IMI, incluindo a não aplicação de qualquer factor minorativo e a aplicação dos factores majorativos previstos. Da mesma forma determina a qualificação e quantificação de novos preços e tributos municipais a lançar, incluindo derramas, taxas e encargos de mais-valia. Quer dizer que vão ser assim os proprietários dos imóveis situados nos municípios a suportar os custos da irresponsabilidade financeira das autarquias, à qual são absolutamente alheios, salva a circunstância, que não podem evitar, de ter um imóvel situado nesse terreno.

Um dos grandes falhanços deste Governo foi ter sido incapaz de efectuar qualquer reforma autárquica, que se resumiu à simples extinção de algumas freguesias à vontade dos fregueses. Os municípios puderam continuar por isso a endividar-se alegremente, convencidos, como vai acontecer, que serão outros a pagar a factura. Para o Estado, os proprietários dos imóveis não passam assim de servos da gleba dos municípios, a quem eles podem reclamar a todo o tempo quaisquer quantias, sob variados pretextos, para sustentar a sua irresponsabilidade financeira. É manifesto que enquanto esta situação continuar o sector imobiliário não terá qualquer futuro em Portugal.

**Presidente da Associação
Lisbonense de Proprietários
Presidente@alp.pt**

(*Texto escrito sem acordo ortográfico, por opção do autor)



EGF: Estado diz que Mota-Engil dá mais garantias do que FCC

O Governo quer, ainda este mês, fechar a privatização da EGF, uma corrida na qual a Mota-Engil leva a melhor sobre a FCC no preço e no risco de execução financeira. Mas os espanhóis estão à frente no cumprimento de objetivos ambientais.

O endividamento do grupo espanhol FCC e o tipo de garantias financeiras que a empresa entregou ao Estado na privatização da EGF poderão ditar a "derrota" da FCC na privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento.

Na corrida à compra da gestora de resíduos, a portuguesa Mota-Engil (através da subsidiária SUMA) não só surge mais bem posicionada pelo preço oferecido (149,9 milhões de euros, contra 145,3 milhões da FCC), como também dá maior conforto financeiro ao Estado português.

O relatório preliminar da Parpública e da Águas de Portugal (AdP) sobre as ofertas de compra da EGF assume que as propostas da SUMA (Mota-Engil) e da FCC têm graus distintos de "conforto" financeiro. "Em relação às propostas dos concorrentes FCC e Agrupamento SUMA, o nível de conforto associado às cartas de financiamento (nomeadamente medido pelo nível das aprovações internas obtidas, mormente as de crédito), que suportam a proposta do Agrupamento SUMA, providencia um grau de confiança materialmente

superior, e consequentemente um menor risco de execução financeira associada à proposta deste Agrupamento", diz o relatório, a que o Negócios teve acesso.

O documento indica que a participada da Mota-Engil entregou 13 declarações de instituições financeiras, das quais 11 são compromissos de financiamento com aprovação de crédito. Já a FCC apresentou 12 declarações, mas só

uma é um compromisso de financiamento com aprovação de crédito (há ainda cinco manifestações de interesse em financiar a FCC, mas sem crédito aprovado). Além disso, o grupo espanhol recorre a uma instituição não bancária, denominada Highbridge Principal Strategies, para financiar dívida no montante de 214 milhões de euros.

Os decisores da privatização remetem-se ao silêncio. A AdP não comenta, tal como a Parpública. E o Ministério do Ambiente indica que "o Governo apenas se pronunciará sobre a conclusão da privatização após decisão em Conselho de Ministros".

Atendendo às recomendações da Parpública e AdP, a vitória da Mota-Engil na privatização da EGF está quase garantida. Ao que o Negócios conseguiu apurar, no Governo há pouco interesse em negociar melhorias das ofertas, porque isso atrasaria o fecho da venda da EGF, no qual também participaram a portuguesa DST e a empresa belga Indaver. ■

MIGUEL PRADO
MARIA JOÃO BABO

Miguel Baltazar

149,9

**MOTA-ENGIL (SUMA)
A Mota oferece 149,9
milhões de euros
para ficar com a EGF.**

145,3

**FCC
A espanhola FCC
propõe pagar 145,3
milhões pela EGF.**



Ministério do Ambiente, liderado por Jorge Moreira da Silva, quer fechar dossiê da EGF até ao final de Setembro.



CONVIDADO

Continua difícil o crescimento económico na Europa

CARLOS BASTARDO

Economista

Autor do livro Gestão de Activos
Financeiros - Back to Basis

Com base nos dados económicos mais recentes, a Europa continua a revelar dificuldades no crescimento do PIB. Mesmo a Alemanha, o país que melhor resistiu à crise e que melhores indicadores evidenciou nos últimos anos, tem apresentado nos últimos dois trimestres valores de crescimento do PIB abaixo das expectativas.

A França continua a revelar uma estagnação, enquanto a Itália parece mergulhar novamente em recessão. Ambos os países necessitam de reformas que tardam e, no primeiro caso, a situação é tão complicada que o presidente francês teve recentemente de proceder à nomeação de um novo governo.

A Espanha, a quarta maior economia da Zona Euro, parece ser o único dos 4 países mencionados que revela uma maior dinâmica económica.

Esta situação já levou o presidente do BCE a um discurso pró-crescimento. De facto, para muitos analistas, aumentou a probabilidade de o BCE agir como a Reserva Federal Americana, nomeadamente, injectando mais liquidez na economia. Por sua vez, o FMI apelou à subida dos salários na Alemanha para ajudar à retoma na Europa.

Quanto a Portugal, o PIB cresceu 0,8% no 2.º trimestre em termos homólogos, baixando de 1,3% no 1.º trimestre. Este abrandamento do PIB foi devido a um menor crescimento do investimento. As exportações diminuíram 0,4% no 2.º trimestre face a igual período de 2013 e as importações aumentaram 1,4% nesse período, pelo que, os termos de troca deterioraram-se fazendo com que o saldo da balança de bens e serviços tivesse voltado a ser negativo. A menor performance das exportações está associada à quebra nas vendas de combustíveis. O consumo privado tem ganho algum dinamismo à custa da diminuição da taxa de poupança das famílias, que passou de 13,5% em Junho de 2013 para 11,9% em Março de 2014. Nos serviços, as receitas de turismo subiram 10,6% no 1.º semestre, acima das expectativas iniciais. O desemprego em Portugal tem estado a baixar, mas aquém do desejável: de 15,1% em Março para 13,9% em Junho.

Apesar das ligeiras melhorias na economia portuguesa e da mudança que



Bruno Simão

parece estar a acontecer, com uma maior abertura ao exterior e uma maior dependência dos sectores de bens transaccionáveis, continuam a existir condicionais ao crescimento do PIB: a necessidade em consolidar as contas públicas e o desempenho pior que o esperado da maioria das economias europeias.

Os efeitos da crise do BES na economia portuguesa ainda não são totalmente conhecidos, mas não podem ser desprezados, tendo em conta a dimensão do banco e o peso que tinha no financiamento das PME que representam mais de 95% do tecido económico empresarial português.

Será desejável que o Novo Banco seja alienado o mais depressa possível e por várias razões. Primeiro, porque ao ser vendido e acima do valor do financiamento do Estado, acaba o risco para as contas públicas e tal é positivo, agora que a rentabilidade até à maturidade das obrigações do tesouro a dez anos está abaixo dos 3% (em 26/8). Segun-

A menor performance das exportações está associada à quebra nas vendas de combustíveis.

do, porque uma gestão transitória é sempre limitada. Terceiro, porque quanto mais tempo demorar a venda, mais juros o fundo de resolução tem de pagar (ou seja, os bancos que nele participam) e mais inércias serão criadas. Quarto, se o novo corpo accionista for constituído por instituições de referência, mais depressa será restaurada a confiança no banco e

na economia. É necessário que o Novo Banco volte o mais depressa possível ao rumo normal de um banco, bem capitalizado e a financiar a economia. Quinto, o mercado de capitais necessita de um banco cotado com esta dimensão, apesar de os pequenos accionistas/investidores estarem bastante escaldados com os recentes acontecimentos.

Mas como os mercados não têm memória, se existirem perspectivas de investimento numa empresa sólida, com uma estratégia de crescimento sustentado e com accionistas de referência, os investidores mais tarde ou mais cedo voltam ao mercado. ■

**AÇORES****BE exige
compensação
nos salários**

› O BE exigiu ontem ao Governo dos Açores que seja “coerente” com o que tem afirmado e apresentado já em setembro no parlamento regional as medidas necessárias para compensar na região os novos cortes salariais para 2014. Em conferência de imprensa em Ponta Delgada, a deputada do BE no parlamento açoriano, Zuraída Soares, disse que “o BE/Açores, em defesa dos direitos de quem trabalha e em defesa da sobrevivência do nosso tecido económico, exige que o Governo Regional dos Açores apresente, já no próximo plenário de setembro, medidas concretas e expeditas no sentido de criar todas as condições para proteger os trabalhadores e as trabalhadoras da administração regional do setor empresarial”.



BRISA DOS DIAS

Eduardo Cabrita
Deputado do PS

Corte urgente

Antes do verão, órfão da troika e sem estratégia, o Governo assumiu que queria aturar a Assembleia pelo mínimo tempo possível oferecendo aos deputados um longo período de férias entre o início de julho e 17 de setembro.

Mas entretanto a urgência das verdadeiras prioridades da governação e o descalabro do BES precipitaram o País num verão atípico com pouco sol, águas frias e incessante atividade política. Primeiro foi a peregrina ideia de legislar à experiência sujeitando iniciativas legislativas a testes prévios de constitucionalidade com o beneplácito presidencial. Aí veio a urgência até final de julho de retomar a via destemida dos cortes salariais e do ataque às pensões já constituídas.

A incerteza quanto ao valor do salário e da pensão assumiu com Passos um nível de frenesim comparável ao da especulação bolsista. Em Portugal, não vale a pena programar o futuro, porque ninguém sabe quanto vai receber no mês seguinte.

Em agosto não faltaram Conselhos de Ministros fantasma para aprovar diplomas exóticos, com chancela presidencial automática e publicação sim-

plex, que nacionalizaram o maior banco privado, sujeitaram a penas sem julgamento familiares de banqueiros em desgraça e adotaram um modelo original em que os contribuintes avançam com 4900 mil milhões de euros para um banco criado pelo Estado, que fica com a herança das pratas, enquanto a velha marca fica como uma arca de calotes. Depois de esquecida a propaganda sobre a solidez do velho BES e a confiança dada pelos novos gestores, todos

descobrem subitamente que os reguladores e o Governo foram displícetes, ingénuos ou convenientes no maior desastre económico em democracia com estilhaços a causar danos colaterais por muito tempo.

É neste cenário que o Governo desaparece, escondido atrás do Banco

de Portugal, reaparecendo para exigir urgência na retoma daquela que é a sua grande vocação: confirmada a violência fiscal, cortar de novo os salários.

Perante o maná de receitas do "enorme aumento de impostos" herdado de Gaspar, o Governo esquece promessas e dá como prebenda não os aumentar ainda mais. Urgente é que não se perca mais um dia de corte de salários aos ricos que ganham 1500 euros brutos...

Urgente é que não se perca mais um dia de corte de salários aos ricos que ganham 1500 euros brutos...



A mistificação democrática



**BAPTISTA-
-BASTOS**
Escritor

Um dos grandes projectos da República foi a instrução. Uma das prioridades deste Governo é a destruição da escola e a liquidação do ensino, através de todos os meios. Os professores são enxovalhados, e seis mil dentre eles não encontram ocupação. Fecham escolas sob a inacreditável afirmação de que os alunos são escassos, e há miúdos que são obrigados a percorrer dezenas e dezenas de quilómetros a fim de receber as primeiras letras. Tribunais fecham, e os técnicos afirmam que o facto acentua a desertificação do País e a sua decadência social e moral. Estas, as terríveis notícias das últimas horas, aplicadas a um povo que parece ter-se despojado das mais elementares noções de integridade.

João de Barros (1496-1570), o das *Décadas*, o linguista que escreveu a primeira *Gramática da Língua Portuguesa*, o sábio que morreu na miséria, como o seu contemporâneo Luís de Camões [1524(?) - 1580], perseguido pela inveja e pela ignorância, escreveu um desabafo que define Portugal e as suas misérias: «País padraço, Pátria madrasta.» A nossa história está repleta destas misérias sociais, políticas e éticas. Sophia, sobre Camões: «Vais ao Paço/pedir a tença/ e pedem-te paciência.» Quem manda odeia quem pensa, desdenha de

quem cria, acossa o talento e rechina do génio.

O que está a acontecer, na nossa pobre terra, é a repetição das deformidades que nos têm marcado, desde a nascença. Agora, porém, o travo é muito mais amargo porque perpetrado com estudada ciência, e outra-mente apenas aplicado pela intuição, embora malevolamente. Os do mando financeiro desmoronam-se, na aparência, porém continuam a dar instruções, através de porta-vozes dissimulados. Só não vê quem não quer saber, só não escreve (nos jornais) quem tem a palavra sequestrada pelo estipêndio. O "sistema" garante a liberdade ao prevaricador, desde que este possua três milhões de euros.

Continuamos sem perceber o que é um banco "bom" e um banco "mau", como permanecemos sem conhecimento de onde provêm os milhões de milhões que vão colmatar os buracos do BES.

Sei muito bem que a democracia é um negócio em que aqueles que fingem digladiar-se, e os enganados em que vivemos fazem parte destes jogos indecentes admitidos por todos aqueles que se sentam à mesa do Orçamento, ou por quem os admite com negligência culposa. A democracia é, acaso, o melhor dos regimes porque assim têm querido que pensemos. Um livro que, ocasionalmente, tenho citado, *Pourquoi nous n'aimons pas la démocratie*, de Myriam Révaut d'Allonnes, é capaz de explicar a natureza do regime e as constantes das nossas decepções. Afinal, estamos a atribuir responsabilidades do caos – a quem?, e a quê? A Europa "democrática" é-o, de facto, ou trata-se de outro embuste e de outra mistificação?

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico



EDUCAÇÃO ■ MINISTRO FALA EM 90 DIAS PARA IR A CENTRO DE EMPREGO

Crato diz que corrida a subsídio não é drama

■ Fenprof lembra que subsídio de desemprego é pago a partir da data em que é pedido

● BERNARDO ESTEVES*

O ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, desdramatizou ontem a corrida de milhares de professores sem vínculo aos centros de emprego, devido à não publicação das listas de colocação. “Qualquer pessoa tem 90 dias para se apresentar num centro de emprego, não precisa ir no primeiro dia em que suspeita que pode vir a ficar sem emprego”, defendeu Crato, considerando que este “é um drama que não se coloca”, embora tenha garantido perceber “perfeitamente” os problemas dos professores que querem trabalhar.

A Fenprof acusou o ministro de brincar com o drama dos docentes. “O ministro esquece-se de que a data em que é pedido o subsídio é a data a partir da qual o subsídio será pago ao desempregado. Está a brincar com uma situação que é efetivamente de drama para milhares de professores”, reagiu ao CM João Louceiro, da Fenprof.

No site da Segurança Social, é referido que “o subsídio de desemprego é requerido no prazo de 90 dias consecutivos a contar da data do desemprego”. Mas o site também sublinha que “o subsídio de desemprego é pago a partir da data em que o beneficiário requer o subsídio”.

Este é o segundo ano em que as colocações não são conhecidas a 1 de setembro, mas o mi-



Nuno Crato participou na abertura do Congresso Nacional de Física, no Instituto Superior Técnico

🔍 PORMENORES

● **INGLÊS**
A FENPROF discorda da criação de um grupo de recrutamento específico para o ensino de inglês no 1.º Ciclo, proposta pelo Ministério da Educação, e defende um debate público sobre o tema.

● **RECRUTAMENTO**
João Dias da Silva, da Federação Nacional da Educação, defendeu ontem “formação específica” para os professores que lecionem inglês no 1.º Ciclo, considerando “que deve ser criado” um grupo de recrutamento.

● **BOLSA ABRIU**
As candidaturas de professores à Bolsa de Contratação de Escola abriram ontem e terminam amanhã. É o novo mecanismo para escolas com autonomia e TEIP contratarem diretamente docentes.

nistro nega atrasos. “Não há atraso na publicação das listas, a colocação de professores tem um processo, são formadas as turmas, são conhecidos os professores, são conhecidas, este ano, as rescisões por mútuo acordo e, a partir daí, as vagas sobranças são distribuídas”.

Já João Louceiro afirma que “as famílias têm de perceber que não há normalidade nenhuma em haver milhares de professores por contratar e milhares dos quadros apresentarem-se em escolas onde não estarão daqui a dias”. ■ *COM C.M.



Rescisões nas autarquias arrancam em Outubro

Estado

Podem candidatar-se ao novo programa funcionários com vínculo de trabalho permanente e 60 anos de idade ou menos

O programa de rescisões amigáveis de funcionários das autarquias, que se segue aos que já aconteceram para a administração central e professores, arranca a 1 de Outubro e vai durar um ano, revela a proposta que o Governo enviou ontem aos sindicatos do sector.

Quando, em Julho, o executivo divulgou a intenção de avançar com este programa, estava previsto que ele durasse apenas até ao final de 2014. Apenas os municípios em situação de recuperação financeira tinham a possibilidade de prolongar o processo até ao final do próximo ano.

Esta é a única mudança sensível na nova proposta que o Governo entregou aos sindicatos. As restantes condições mantêm-se idênticas às que foram oferecidas aos assistentes técnicos administrativos e operacionais, aos técnicos superiores e aos docentes. Também se mantém a regra que impõe que sejam as entidades empregadoras a suportar o custo das rescisões, ou seja, elas não serão suportadas pelo Fundo de Apoio Municipal que serve para acorrer às situações de municípios que vivem em situação de asfixia financeira.

Como aconteceu nos anteriores programas, podem candidatar-se a um acordo de rescisão os trabalhadores com 60 anos ou menos que ocupem cargos em câmaras, juntas de freguesia, serviços municipalizados e outros órgãos autárquicos e tenham contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

A indemnização a pagar a cada funcionário será calculada a partir do ordenado base e dos suplementos permanentes que recebe. No caso de um trabalhador com menos de 50 anos, terá direito a 1,25 meses de remuneração por cada ano de trabalho. Este valor cai para um ordenado por cada ano de contrato para quem tiver entre os 50 e os 60 anos.

Ao contrário do que sucedeu nos casos de funcionários da administração central, este programa não limita as rescisões a determinadas categorias profissionais nem faz distinções no cálculo das indemnizações segundo o cargo de cada um.



Paulo Núnzio salienta que o aumento do número de contribuintes cumpridores irá elevar a receita para meta histórica este ano

JOSÉ CARLOS PRATAS/GLOBAL IMAGENS

Combate à evasão explica metade da subida da receita

Dados. Luta contra a fraude e a evasão fiscais permitirá ao Estado encaixar mais 747 milhões de euros em impostos. Subida é conseguida sem mudanças de relevo no IRS e no IVA

LUCÍLIA TIAGO

O aperto do cerco aos contribuintes (empresas e particulares), sobretudo aos que estavam fora da alçada do fisco, terá um contributo quase tão relevante como o da melhoria da economia na subida da receita fiscal. O Governo espera que os impostos rendam este ano mais 1639 milhões do que em 2013. Parte deste aumento resultará da melhor prestação de alguns indicadores económicos. Mas há uma parcela, avaliada pelo Ministério das Finanças em 747 milhões de euros, que é diretamente atribuível ao conjunto de medidas tomadas no sentido de incrementar a eficiência e de combater a fraude e a evasão fiscais.

Expurgados os efeitos do RERD (o plano de regularização de dívidas fiscais que esteve ativo na reta final de 2013), a receita fiscal cobrada pelo Estado somou 35 342 milhões de euros no ano passado. Para 2014, o Orçamento do Estado contava, logo na sua versão inicial, com um valor mais ambicioso. E no Retificativo apresentado na semana passada o Governo subiu de novo a parada, apontando agora para uma receita fiscal na or-

dem dos 36 981 milhões de euros.

O melhor desempenho dos impostos é, de resto, a principal justificação para que o Governo mantenha a meta do défice nos 4%, apesar da derrapagem do lado da despesa e do impacto das decisões do Tribunal Constitucional, sem recorrer ao aumento de impostos.

A subida de receita fiscal em 2014 será conseguida sem que tenha havido mudanças no IVA e no IRS de 2013 para este ano, sendo, por isso, parcialmente explicada pelo novo cenário macroeconómico: em vez de 0,8% de crescimento da econo-

mia, o Governo aponta agora para 1%. Espera-se ainda que o emprego, o desemprego e o consumo privado tenham um comportamento mais favorável do que inicialmente esperado.

Todos somados, estes fatores ajudarão a compor a receita do IRS, esperando-se agora que esta gere mais 305 milhões, e a do IVA (mais 973 milhões). O aumento dos salários da função pública depois do chumbo do TC aumentou a massa salarial e, com isso, o IRS.

Globalmente, segundo dados facultados ao DN/Dinheiro Vivo

pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, a melhoria dos indicadores macroeconómicos deverá contribuir com 892 milhões de euros para o acréscimo da receita, enquanto os restantes 747 (46% do total) se devem a outros efeitos, nomeadamente ao aperto do cerco aos contribuintes que não pagavam ou pagavam menos impostos do que o devido. Para este aumento da eficiência fiscal têm contribuído os novos sistemas de faturação e de guias de transporte e também a informação de que o fisco passou a dispor com a declaração mensal de remunerações.

Neste contexto, o secretário de Estado Paulo Núnzio salienta que o reforço da eficácia contra a fraude e economia paralela permitiu detetar "um número muito significativo de contribuintes incumpridores" que, devido ao reforço do cruzamento de dados, "passaram a pagar os impostos devidos", contribuindo para que em 2014 se atinja um recorde na cobrança de impostos. Aqueles valores foram calculados tendo em conta as bases macroeconómicas que podem influenciar o comportamento da receita e a aplicação de elastici-

EVOLUÇÃO

70 mil começaram a emitir faturas

► O número de empresas que emitem e comunicam faturas à Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA) ascende a 896 mil empresas. Este universo incorpora 70 mil novas empresas em relação a 2013. Os mais recentes dados sobre o sistema de faturação indicam ainda que o número de pessoas que pedem a inserção do seu NIF aumentou 46% em re-

lação ao ano passado e que o número de documentos de transporte comunicados até final de julho ascende a 130 milhões. Ao mesmo tempo a declaração mensal de remunerações levou a que mais de 400 mil empresas tivessem sido abrangidas pelo controlo de retenções na fonte e à identificação de dezenas de milhares de divergências.



Aperto do cerco a infratores rende mais 747 milhões

IMPOSTOS Sem grandes mudanças no IRS e no IVA, o Governo espera arrecadar mais 1 639 milhões em receita fiscal do que no ano passado. Metade desse valor vem da luta contra infratores. O resto justifica-se pela melhoria económica. **BOLSA** PÁG. 26



Ano 150.º de informação
de qualidade

Editorial

Nem sol na eira nem chuva no nabal

As escolas privadas notificam a perda de 92 mil alunos num período de cinco anos. A associação que representa o setor atribui a maior fatia dessas perdas ao fim do programa Novas Oportunidades, frequentado por adultos, e não propriamente à transferência de crianças e adolescentes para o setor público. Essa interpretação da realidade parece chocar um pouco com aquela que, desde a fase mais aguda da crise económica do País, as reportagens jornalísticas vão relatando em toda a comunicação social mas há um diagnóstico, no entanto, que parece absolutamente consensual: muitos colégios privados defrontam dificuldades financeiras que contrariam a expectativa dada pelas promessas eleitorais de Pedro Passos Coelho e Paulo Portas, os líderes da coligação governamental, quando defenderam reformas que possibilitassem viabilizar muitos destes projetos e negócios educativos em alternativa e em complementaridade à oferta do ensino público.

Por ano a Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular recebe entre 30 e 40 pedidos de anulação de inscrição por parte de colégios que decidiram fechar as portas. Este valor ilustra claramente o nível das dificuldades.

O que é de assinalar é a política seguida pelo Ministério da Educação ter, por um lado, fragilizado o ensino público – e são poucas as vozes que não reconhecem, hoje, este facto – e, por outro lado, não ter compensado essa estratégia, como foi prometido, com políticas que aumentassem a qualidade e a oferta do ensino privado. A ineficácia do atual sistema do chamado cheque-ensino é demonstrativa disso e as reformas agora anunciadas nesse âmbito ariscam-se a ser tardias.

Queixa-se muitas vezes o Governo, e com alguma razão, de a oposição exigir sol na eira e chuva no nabal em relação à gestão das contas do Estado, pedindo, por exemplo, cortes na despesa sem que se registem quaisquer custos sociais. Mas na educação, com a degradação do ensino público e o aumento de dificuldades no ensino privado, parece que, afinal, nem temos sol na eira nem temos chuva no nabal.

A barbárie

O assassinato de mais um jornalista norte-americano por terroristas do Estado Islâmico pretende criar uma comoção na opinião pública dos Estados Unidos e da União Europeia, porventura mais sensíveis ao simbolismo de uma série de decapitações de jornalistas do que às imagens diárias de mortos anónimos em campos de batalha. Há, portanto, uma intenção política nessa imagem de terror. O nosso estágio civilizacional não pode ser indiferente nem à violência convencional que mata anónimos nem à propaganda política que sacrifica figuras mediáticas. Uma reação séria e coordenada da civilização contra a barbárie deveria impor-se, com toda a rapidez.



HENRIQUE NETO NA COMISSÃO MILITAR

O antigo deputado socialista Henrique Neto será ouvido na comissão parlamentar de inquérito sobre material militar e falará sobre a ESCOM (ex-grupo Espírito Santo) e o modo de atuar da Comissão das Contrapartidas.

Luz verde para cortes salariais já este mês

● **Parlamento** aprova redução para ordenados acima dos 1500 euros e reposição de 20% no próximo ano ● **Costa** e Seguro desafiados a dizer o quem pensam da Segurança Social

Carla Soares
carlas@jn.pt

Os novos cortes salariais na Função Pública foram, ontem, aprovados no Parlamento com os votos contra da Oposição e o Governo vai aplicá-los já nos ordenados deste mês. Em 2015, haverá reposição de 20%.

Com a aprovação do diploma no plenário extraordinário de ontem à tarde, a maioria PSD/CDS conseguiu o seu objetivo: apressar a votação global para que as medidas possam seguir para Belém ainda esta semana e ser aplicadas este mês, uma vez que neste momento os salários são pagos por inteiro.

Os funcionários públicos com rendimentos acima dos 1500 euros terão um corte nos salários entre 3,5% e 10% este ano e em 2015. No próximo ano, haverá uma devolução de 20% do valor cortado. O TC já tinha dado luz verde a esta norma, mas rejeitou estender os cortes (e as devoluções) a anos seguintes. Esta fórmula segue o corte aplicado por José Sócrates, no Orçamento do Estado para 2011.

Agora que o diploma regressou ao Parlamento para ser expurgado das inconstitucionalidades detetadas pelo Tri-



António Gameiro (PS) diz que reposição não avança este ano por razões eleitorais

bunal Constitucional (TC), os cortes podem avançar.

A maioria PSD/CDS retirou as referências às reduções para lá de 2015 e fez saber também que deixou cair a contribuição de sustentabilidade, igualmente considerada inconstitucional no dia 14 de agosto. Com este diploma caem também os aumentos do IVA e da Taxa Social Única.

O deputado António Gameiro (PS) criticou o facto de a devolução de 20% dos cortes não avançar já. "Guardam para um ano de eleições essa

reposição", denunciou, alegando que o esforço orçamental seria menor este ano e acusando o Governo de manobra eleitoralista.

Pela voz de Duarte Pacheco (PSD), a maioria disse que também o Executivo socialista cortou salários e recordou

que o PSD foi responsável ao viabilizar o orçamento de 2011, mas o PS inviabiliza "tudo o que é impopular".

De modo generalizado, a Oposição acusou a maioria de mentir. Mariana Aiveca, do BE, recordou que Passos Coelho disse na campanha que não iria cortar nos salários da Função Pública. Jorge Machado, do PCP, lembrou que "garantiu que os cortes iam durar enquanto a troika cá estivesse". E Heloisa Apolónia, dos "Verdes", especificou que, além de assegurar que

eram transitórios, "o Governo marcou data: era 2014".

Já para José Luís Ferreira, dos "Verdes", há "gato escondido com rabo de fora". "O que é que o Governo faz em 2015 com a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES)?" questionou.

"TC móbil de Oposição?"

No debate sobre a contribuição de sustentabilidade, o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, desafiou "todos os partidos, em especial o PS", para "um debate sério" que permita chegar a acordo sobre a reforma da sustentabilidade da Segurança Social. Mas venceu que a maioria não vai, "nesta legislatura, insistir numa reforma estrutural".

Depois, dirigiu-se aos candidatos às primárias: "O que pensam António Costa e António José Seguro sobre a sustentabilidade da Segurança Social?", questionou, tendo quer o PSD quer o CDS usado a polémica sobre quotas no PS para atacar os socialistas.

Também o secretário de Estado da Segurança Social, Agostinho Branquinho, pede "um compromisso de todos". Já Nuno Magalhães, líder parlamentar do CDS, disse ao PS para não "transformar o TC num móbil de oposição". E deixou claro que este não define a política governativa. ●

ALTERAÇÕES

Contribuição cai

A maioria PSD/CDS entregou, antontem, na Assembleia da República as propostas de alteração ao decreto relativo aos cortes salariais e informou, nessa altura, que deixou cair a contribuição de sustentabilidade. As bancadas do PSD e do CDS comunicaram à presidente do Parlamento, Assunção Esteves, que "não pretendem apresentar qualquer alteração ou suscitar a confirmação" do decreto que cria a contribuição de sustentabilidade.

IVA e Taxa Social Única

Ao abandonar aquele diploma, que entraria em vigor a 1 de janeiro do próximo ano, a maioria deixa também cair o aumento do IVA de 23% para 23,25% e o aumento da Taxa Social Única que cabe aos trabalhadores de 11% para 11,2%.

Salu referência pós-2015

No diploma sobre cortes salariais na Função Pública, a maioria reformulou o artigo relativo à reposição de parte da redução, que passa apenas a indicar que os cortes vigorarão em 2014 "a partir da data da entrada em vigor da presente lei e no ano seguinte, sendo revertida em 20% a partir de 1 de janeiro de 2015", deixando cair as referências posteriores a este ano.

Docência e Investigação

A maioria introduziu, igualmente, uma alteração ao decreto sobre os cortes salariais relativa aos contratos de docência e investigação, que não foi objeto de análise por parte do Tribunal Constitucional.

LÍDER DA BANCADA DO PSD DESAFIA PS A DEBATER REFORMA



Luís Montenegro
Líder parlamentar do PSD

"O que pensam António Costa e Seguro sobre a sustentabilidade da Segurança Social? (...) Era importante que dissessem ao país o que pensam".



António Gameiro
Deputado do PS

"Guardam para um ano de eleições a reposição dos cortes nos salários. O esforço orçamental será muito maior. Este ano era mais fácil".



Cecília Meireles
Deputada do CDS-PP

"De um partido [Partido Socialista] em que os mortos ressuscitam para votar como simpatizantes [nas eleições primárias] tudo se espera".



João Oliveira
Líder parlamentar do PCP

"Insistirão em novos cortes salariais e em medidas de saque das pensões e das reformas".



Mariana Aiveca
Deputada do Bloco de Esquerda

"Havia um candidato na campanha eleitoral em 2011 [Pedro Passos Coelho] que dizia que não iria cortar salários aos funcionários públicos".

**CORREIOS
PRIVATIZAÇÃO DOS CTT
TEM TUDO EM ABERTO**

O Governo já publicou em Diário da República o decreto-lei que indica a última fase de privatização dos CTT. O presidente dos CTT, Francisco Lacerda, disse ainda não haver evoluções quanto à última fase de privatização dos Correios. “Todas as hipóteses estão em aberto”, disse. O gestor que falava à margem da assinatura da parceria entre os Correios e a Quercus, adiantou ainda não haver “nada previsto”, no que concerne ao arranque do “roadshow”, para apresentar a empresa a potenciais investidores. Francisco Lacerda disse ainda ser “cedo para falarmos”. ■



Poiares diz que o maior corte na despesa foi nos consumos intermédios

“A despesa primária excluindo remunerações baixou seis mil milhões ao ano”, diz o ministro adjunto.

“Ouço falar que só se reduziu a despesa em salários e pensões e que não se conseguiu mais nenhuma redução na despesa, que foi uma redução cega na despesa. Na realidade a despesa primária excluindo remunerações foi reduzida por este Governo em mais de seis mil milhões ao ano. Houve uma redução muito superior em áreas que não dizem respeito a salários e pensões do que nessas áreas”, afirmou ontem o ministro adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, que falava durante uma ‘aula’ da Universidade de Verão do PSD, que decorre em Castelo de Vide até domingo, garantiu que a área em que houve maior redução de despesa em proporção foi nos consumos intermédios, onde está aquilo que normalmente se designa como as ‘gorduras do Estado’.

Apontando a mobilização dos cidadãos para reformas que não têm benefícios imediatamente perceptíveis como “um dos grandes desafios da política de hoje em dia”, o ministro adjunto considerou que o problema exige “mais inteligência política, mais pedagogia, mas também coragem política”.

“Qualquer maioria deve governar sempre na expectativa de poder vir a ser premiado pelos cidadãos e reeleito, mas não deve governar para essa eleição, deve go-



Sobre a reforma do sistema eleitoral, Poiars Maduro defende a necessidade de repensar a organização política da sociedade e não apenas os mecanismos de participação.

Paulo Alexandre Coelho

vernar na esperança que o seu trabalho seja reconhecido pelos cidadãos dessa forma, mas não pode governar apenas para isso”, disse.

Ainda a propósito do tema das reformas, Poiars Maduro falou da questão da reforma do sistema eleitoral, defendendo a necessidade de repensar a organização política da sociedade e não apenas os mecanismos de participação. “Em Portugal tendemos a cair nas soluções simplistas, que é uma pura questão de reforma do sistema eleitoral. Não é, é muito mais ampla que isso, é uma questão de cultura política”, sublinhou, defendeu

uma “reflexão alargada”, que abranja também a questão da qualificação e capacitação da classe política e do funcionamento das instituições políticas.

Na ‘aula’ da Universidade de Verão do PSD, o ministro adjunto, que debateu com Rui Tavares do partido Livre a “Clivagem Esquerda/Direita”, falou ainda sobre a ideia de que a esquerda tem uma maior preocupação redistributiva, rebatendo com o facto de o actual Governo ter levado a cabo algumas das políticas com maiores preocupações em corrigir impactos de desigualdade. ■ Lusa



Orçamento CES nega dar parecer sobre Rectificativo

O Conselho Económico e Social (CES) não vai dar parecer sobre o Orçamento Rectificativo, informou o organismo presidido por Silva Peneda. Numa carta enviada para o Parlamento, o CES justifica a decisão com "o prazo concedido para a emissão do parecer" e que o organismo considera insuficiente. "Não será possível fazê-lo", lê-se na carta, já que "a feitura de qualquer parecer implica a nomeação de relator, reunião de grupo de trabalho, a aprovação em sede de comissão especializada (...) e, finalmente, a reunião do plenário". "O que naturalmente não se compadece com prazo tão exíguo como o que foi pedido", avança a CES. O Governo tem pressa na aprovação do Orçamento Rectificativo e, por isso, o documento vai a debate amanhã. A votação final global está marcada para dia 11. **M.M.O.**



Correios sem data para 'roadshow' de privatização

Comunicações Segunda fase de privatização dos CTT já pode arrancar mas ainda não há decisão da tutela. Modelo de venda ainda está em aberto.

A equipa de gestão dos CTT "não tem 'roadshow' previsto" para contactar os investidores no âmbito da segunda fase de privatização, cuja data de arranque ainda não está marcada, afirmou Francisco Lacerda, presidente-executivo da empresa. A segunda fase de privatização dos Correios prevê a venda dos 31,5% que o Estado ainda detém, numa ou mais fases, pode avançar assim que o Executivo considere que estão reunidas as condições de mercado para o fazer, uma vez que todas as partes processuais já foram concluídas. Francisco Lacerda afirmou que "está tudo em aberto" nas hipóteses de venda do resto do capital da empresa. Esta pode ser feita através de dispersão em bolsa ou via venda directa a um ou mais investidores institucionais. "O decreto clarifica uma possibilidade adicional que o Governo pode vir a escolher", frisou, à margem da apresentação de uma parceria dos CTT com a Quercus. A parceria



Francisco Lacerda, presidente-executivo dos CTT, reafirmou que a decisão sobre o Banco Postal será tomada no quarto trimestre.

Paula Nunes



Está tudo em aberto na próxima fase de privatização dos CTT.

Francisco Lacerda
Presidente-executivo dos CTT

visa florestar o País com espécies de árvores autóctones nas zonas mais afectadas pelos incêndios. Nas lojas dos Correios os cidadãos poderão "comprar" uma árvore, que será plantada pela Quercus, por três euros. No momento da compra recebem uma árvore de cartão com um código que regista a árvore que a Quercus irá plantar e através do qual poderá consultar o crescimento durante cinco anos. **C.S.**



AUTARQUIAS

Funcionários recebem mais se adiarem rescisão para 2015

– Governo propõe que o programa de rescisões nas autarquias arranque já em Outubro e dure até Setembro de 2015. Os funcionários com salários mais elevados recebem mais se optarem por sair no próximo ano.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA

catarinapereira@negocios.pt

BRUNO SIMÕES

brunosimoes@negocios.pt

Será o mais longo programa de rescisões por acordo lançado até ao momento. Os funcionários das autarquias poderão candidatar-se entre 1 de Outubro deste ano e 30 de Setembro de 2015, de acordo com a proposta enviada pelo Governo aos sindicatos. Se a portaria for aprovada sem alterações, a compensação a atribuir será afectada pelos cortes salariais em vigor no momento. Como os cortes serão mais baixos a partir de Janeiro, quem tiver salários mais elevados (acima de 1.500 euros brutos) terá vantagem em adiar o pedido para 2015.

Uma das novidades do projecto de portaria, que será negociado esta quinta-feira, é a duração do programa. Passa a ser de um ano para todos os municípios, freguesias, entidades intermunicipais, assembleias distritais, serviços municipalizados e também, acrescenta a nova proposta, "associações de municípios de fins específicos".

Na versão noticiada em Julho, estava previsto que o programa fosse mais curto (terminando em Dezembro). Permitia-se apenas um prazo mais longo – até ao final de 2015 – para os municípios em regime de recuperação financeira, prazo esse que se mantém.

A nova proposta, que já é oficial, não altera o essencial das condições previstas: os funcionários que tenham no momento do pedido até 49 anos têm direito a 1,25 meses de remuneração base e suplementos (auferidos de forma regular nos últimos dois anos) por cada ano trabalhado. Já se tiverem entre 50 e 59 anos, a compensação é de um mês de salário por ano.

Nos dois casos, conta a remuneração e suplementos do mês anterior à produção de efeitos dos acordos.



Parlamento já aprovou os cortes salariais para este ano e para o próximo.

dos. E tanto a remuneração base como os suplementos serão "calculados após as reduções que se encontrem em vigor no momento da sua determinação". A proposta que repõe os cortes salariais acima dos

Podem concorrer os funcionários de todas as categorias profissionais.

1.500 euros, já aprovada, prevê que a partir de Janeiro se mantenham 80% dos cortes. Podem concorrer os funcionários que tenham até 60 anos, contrato de trabalho em funções públicas e que não estejam à espera de reforma. Para as autarquias isto pode significar custos menores nas rescisões assinadas este ano, apesar de ser genericamente mais vantajoso negociar saídas no início do ano orçamental.

O Governo não alterou a questão mais sensível do diploma: serão as entidades empregadoras a financiar as rescisões, o que pode prejudicar a execução do programa. "É a

Maioria já aprovou cortes salariais

O Parlamento aprovou esta terça-feira a reintrodução dos cortes salariais na Função Pública, com os votos contra de toda a oposição. O diploma deverá seguir dentro de dias para Belém, segundo explicou ao Negócios o deputado Duarte Pacheco, do PSD. O objectivo é que os cortes entrem em vigor ainda em Setembro. As reduções, idênticas às que vigoraram entre 2011 e 2013, são de 3,5% para salários brutos que variem entre os 1.500 euros e os 2.000 euros brutos. O corte vai progressivamente subindo, chegando a 10% para salários acima dos 4.165 euros. No próximo ano, alteram-se os valores: o Governo mantém 80% dos cortes, ao determinar que a redução é "revertida em 20% a partir de 1 de Janeiro de 2015". Os deputados da maioria eliminaram as normas do diploma que acomodavam reduções a partir de 2016, depois de o Tribunal Constitucional ter chumbado esses artigos. Esta terça-feira foi ainda debatido o diploma que previa os cortes permanentes nas pensões, que a maioria deixou cair na totalidade. O aumento da TSU e do IVA não avançam por esta via.

entidade empregadora que a prazo vai beneficiar da redução da despesa", justifica ao Negócios o secretário de Estado da Administração Local, Leitão Amaro, sublinhando que foi esse o acordo com as autarquias.

Na administração local há 114 mil trabalhadores, mas os programas da administração central têm ficado aquém das expectativas. "Vai ser um flop", antecipa José Abraão, do SINTAP, que diz que as rescisões não resolvem os problemas financeiros nas autarquias. O Governo, que define condições mas não conduzirá o processo, "não faz estimativas", diz Leitão Amaro. ■



Autarquias Sindicatos duvidam de duração de programa de rescisões amigáveis

António Leitão Amaro, secretário de Estado do poder local, reúne na amanhã com os sindicatos dos trabalhadores do poder local para discutir o plano de rescisões entre os trabalhadores das autarquias. José Abrãao, secretário-geral do SINTAP (Sindicato dos Trabalhadores da Administradores Pública e de Entidades com Fins Público), destaca o primeiro motivo de preocupação. "Para a administração central o programa durou três meses e para as câmaras vai durar mais de um ano. As rescisões ou são amigáveis e as pessoas se manifestam logo ou com o arrastar do tempo podem tornar-se pouco amigáveis", diz o dirigente sindical. De acordo com a proposta a que o Económico teve acesso, o programa de rescisões deverá começar no próximo dia 1 de



Paulo Figueiredo

Outubro e prolongar-se até Setembro de 2015. "Não há justificação para a duração deste programa, mas esse é um dos pontos que queremos falar com o secretário de Estado", diz Abrãao. Abrangidos pelo novo programa poderão ser todos os funcionários da administração local desde que tenha idades abaixo dos 60 anos e façam parte dos quadros da autarquia. No que respeita ao valor das indemnizações a proposta do Governo estima que seja pago entre um salário e 1,25 por cada ano de serviço. "Ficará muito aquém das expectativas do Governo e no caso dos municípios em dificuldades não será o que faz a diferença", diz José Abrãao. Mas o dirigente sindical ainda deixa no ar outra dúvida - quem paga as indemnizações? "Os municípios e os presidentes de câmara não vão querer pagar", antevê. ■ **F.G.**



O PULO DO GATO

FERNANDO SOBRAL
Grande repórter



A terra de ninguém

Quando Howard Hawks estava a realizar "Scarface", em 1932, reconheceu na assistência um dos membros do "gang" de Al Capone. Confrontou-o com um crime terrível: ter morto 12 pessoas. O homem confirmou a acusação. Em sua defesa disse que gostava de cinema e que queria ajudar Hawks a tornar o seu filme mais realista. A relação entre os dois correu tão bem que, no final, o próprio Al Capone deu uma prenda a Hawks: uma metralhadora em miniatura. Al Capone acabaria preso pela sonegação de impostos. Não pelos crimes de sangue que cometeu. Ou seja, a justiça é tão aleatória como a natureza. Mas foi contra a justiça popular que o Estado chamou a si o monopólio da força e a administração das leis e das punições.

Sem justiça que funcione, um Estado de Direito vive à beira do precipício e da insegurança. Por isso é a justiça que tem de ir em busca dos cidadãos de um país e não o inverso. O novo mapa judiciário do país foi endeusado por Paula Teixeira da Cruz como uma "reforma tranquila". Poderá ter sido. Mas se a "reforma informática", o Citius, não está desenhada para o novo mapa, é porque a intranquilidade vai reinar.

Ninguém duvida que os países mudam. E que se tenham de adaptar às realidades. Mas, independentemente desta passagem abrupta de 231 comarcas para 23, o que ela mostra é como este país vai continuando alegremente a desertificar o interior. Tornando-o um território sem Estado. Sem tribunais, sem centros de saúde, sem escolas. Ou seja, uma terra de ninguém. Construíram-se quilómetros de auto-estradas para o interior. E agora retira-se tudo aquilo que pode permitir que as pessoas ali continuem.

Esta reforma pode trazer mais rentabilidade. Mas torna o Estado um fantasma. Quando se apela (em contradição com estas decisões) ao regresso ao interior, à agricultura e à indústria local, esta reforma da justiça é mais um sinal de como o Estado vê Portugal. A partir do Terreiro do Paço. ■

Continua-se a tornar este país um território sem Estado. Um deserto absoluto.

ESTADO ■ MAIORIA PSD/CDS APROVA REDUÇÕES SALARIAIS PARA 2014 E 2015

Cortes nas mãos de Cavaco Silva

■ Diploma deve chegar a Belém até sexta-feira para promulgação. Data da entrada em vigor é determinante para saber se afeta salários já este mês

● CRISTINA RITA/LÍDIA MAGNO

A aplicação de cortes salariais na Função Pública ainda este mês está dependente da decisão do Presidente da República, Cavaco Silva. A maioria PSD/CDS aprovou ontem as reduções aplicáveis a partir dos 1500 euros até dezembro de 2015, a única versão autorizada pelo Tribunal Constitucional, que vetou a aplicação até 2017.

O documento deve seguir para Belém até sexta-feira para Cavaco Silva tomar uma decisão, que se espera célere. Esta é, pelo menos, a convicção da maioria PSD/CDS. Se a promulgação do diploma for feita a tempo de entrar em vigor nos dias 10 ou 11 deste mês, os cortes podem já fazer-se sentir em setembro, porque é o dia do fecho das folhas salariais. Mas o cenário mais provável é o das reduções salariais só ocorrerem em outubro, com possíveis acertos.

Em causa estão cortes entre os 3,5 a 10 por cento, a partir de 1500 euros. Os 10% aplicam-se a vencimentos de 4165 euros. Em média, as reduções variam entre 50 e 400 euros, mas a proposta prevê a devolução de 20 por cento dos cortes em 2015.

A coligação PSD/CDS-PP deixou cair a contribuição de sustentabilidade aplicável às pensões, tal como o aumento do IVA de 0,25% e da Taxa Social Única (TSU) de 0,2% para 2015.

Dentro da coligação há também a convicção de que o Governo não vai aumentar o IVA e a TSU em 2015, mas deve manter a carga fiscal no IRS inalterada. ■



Governo quer poupanças na despesa para equilibrar contas

Não haverá aumento do IVA e da TSU, segundo a maioria



Líder parlamentar do PSD

Montenegro desafia PS

O líder parlamentar social-democrata, Luís Montenegro, desafiou ontem "de forma clara, respeitosa e democrática todos os partidos, em especial o PS", a colaborarem numa reforma para a sustentabilidade da Segurança Social. Antes, a abrir o debate, o secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Agostinho Branquinho, defendeu que aquela "não é

SAIBA MAIS

GOVERNO DE SÓCRATES

Os cortes salariais, que entrarão em vigor até outubro, já foram aplicados entre 2011 e 2013, aprovados no governo de José Sócrates, no âmbito do programa de estabilidade.

409 000

É o universo de funcionários públicos afetados pelos novos cortes salariais aplicados pelo Governo.

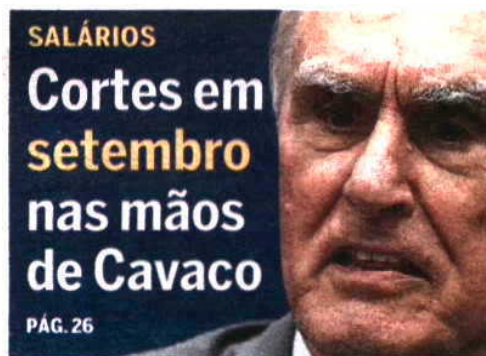
372

Milhões é o valor do impacto financeiro do chumbo do Tribunal Constitucional à Contribuição de Sustentabilidade aplicada a pensões.

CHUMBOS

O Governo leva nove chumbos constitucionais desde que tomou posse em junho de 2011. Em 2013, um dos chumbos do Constitucional fez tremer o Executivo.

TIAGO PETINGA/LUSA





EDITORIAL



A falsa força de um intolerável desafio

A repetição das execuções pelos fanáticos do EI exige que lhe seja imposta uma derrota no terreno

O cenário é o mesmo, a fria crueldade também. O autodenominado Estado Islâmico (EI), que de Estado nada tem, cumpriu ontem a promessa de executar mais um refém em seu poder. A encenação do crime é idêntica e o vídeo é praticamente uma cópia do primeiro onde foi registada a decapitação do jornalista norte-americano James Foley (de novo o fato laranja do executado, a lembrar Guantánamo, e o deserto como cenário da execução). Desta vez, a vítima foi o também jornalista, e também norte-americano, Steven Sotloff, desaparecido há um ano, quando fazia uma reportagem na Síria. O EI chamou a este seu novo crime “Segunda Mensagem à América”, em retaliação pelos ataques aéreos norte-americanos às suas posições no Iraque. E anuncia que uma nova

execução pode estar para breve, na pessoa de um funcionário de uma agência humanitária. Como se percebe pelas demonstrações do EI, baseadas na difusão do terror, esta guerra é tudo menos “normal”. Onde os EUA e os seus aliados procuram estratégias segundo os cânones bélicos convencionais, impõe o EI uma lógica medieval, como se tivéssemos recuado no tempo, até à idade das trevas, onde as execuções, decapitações e assassinatos em massa eram moeda corrente entre adversários. O fanatismo do EI, assente no recrutamento de jovens radicais desejosos de violência e sem temor à morte (o seu comportamento não difere dos assassinos que tentam retomar o poder no Afeganistão e ali reinstalar o mais cerrado obscurantismo), é arrogante porque têm somado, estranhamente, vitórias. A repetição das execuções, usada como instrumento mediático, é não apenas uma mensagem para a América, mas também para o mundo. No entanto, transmite uma imagem falsa: a de que a sua força é grande. É preciso, e rapidamente, infligir-lhe a derrota necessária, única forma de pôr fim aos seus crimes e reinstalar humanidade onde eles semearam o terror.

Justiça em japonês

O Governo começou esta segunda-feira a pôr em prática o que caracterizou como a “maior reforma do sistema de justiça em mais de 200 anos”. Já aqui foi escrito que esta reforma faz sentido. O que não faz sentido é fazer de conta que começou bem. O sistema informático dos tribunais não funciona e isso é mais do que um grão de areia no sapato. No primeiro dia após as férias judiciais o sistema não funcionou e todos arrumaram papéis e escritórios. Ontem, segundo dia, a mesma coisa, apesar de algumas melhorias. Claro que a ministra tem de mostrar serenidade e confiança na resolução dos problemas inesperados. Há sobressaltos informáticos em todo o mundo e em todas as grandes mudanças. Mas dizer que há “uma grande tranquilidade” nos tribunais quando até já há queixas-crime (um triste espectáculo da Ordem dos Advogados) e todos se queixam de não conseguirem usar a plataforma Citius parece uma tradução que se perdeu de alguma língua longínqua.

Paulo Alexandre Coelho



O PS acusou o Governo de eleitoralismo, por guardar a devolução de 20% dos cortes para o ano de legislativas.

Reposição dos cortes salariais na Função Pública aprovada

Parlamento PS acusa Governo de eleitoralismo, por guardar a devolução do corte para 2015. PSD desafia candidatos às primárias do PS a tomarem posição sobre as pensões.

O Parlamento aprovou ontem a reposição dos cortes salariais na Função Pública, que vão aplicar-se aos trabalhadores com salários acima de 1.500 euros.

O diploma, que prevê a aplicação de cortes entre 3,5% e 10% este ano e em 2015, determina ainda a devolução de 20% da redução no próximo ano, reversão esta que o PS considerou eleitoralista.

O diploma regressou à Assembleia da República para remoção das ilegalidades detectadas pelos juízes do Palácio Ratton, que impediram a aplicação de cortes além de 2016. Dentro de dias o diploma segue para o Presidente da República para ser promulgado. O Governo tem pressa na aplicação dos cortes - actualmente está a pagar os salários por inteiro aos trabalhadores da administração pública - e quer fazê-lo ainda nos salários de Setembro. A reposição dos cortes salariais, no modelo que vigorou entre 2011 e 2013, foi aprovada apenas pela maioria PSD/CDS. Toda a oposição votou

contra. O PS acusou até o Governo de eleitoralismo, por guardar a devolução de 20% dos cortes para o ano de eleições legislativas, "quando o esforço [de redução do défice] é maior", afirmou o deputado do PS, António Gameiro. O plenário extraordinário de ontem serviu também para debater o chumbo do Tribunal

Governo desistiu de reformar o sistema de pensões nesta legislatura. PSD desafia Seguro e Costa a dizer o que pensam sobre a sustentabilidade da Segurança Social.

Constitucional à Contribuição de Sustentabilidade. Com este chumbo, o Governo deixou cair também o aumento do IVA e da TSU, o que eleva para 622 milhões de euros o buraco orçamental com que o Executivo parte para a elaboração do Orçamento do Estado para o próximo ano. No Parlamento, a maioria reiterou que não fará nenhuma reforma da Segurança Social nesta legislatura e o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, desafiou os candidatos à liderança do PS a dizerem o que pensam sobre a sustentabilidade da Segurança Social, argumentando que este "não é um problema de um governo". Antes, o secretário de Estado da Segurança Social, Agostinho Branquinho, tinha defendido que esta não é uma matéria ideológica. O CDS criticou o Tribunal Constitucional, lembrando que qualificar uma reforma como estruturante é tarefa do Governo e não do Constitucional. **M.M.O.**



SALÁRIO MÍNIMO

Sindicatos querem maiores aumentos

A CGTP e a UGT estão a actualizar as suas propostas para o aumento do salário mínimo nacional, pressionando o Governo a ir além dos 500 euros.

A CGTP vai continuar a propor o aumento retroactivo a Junho, para os 515 euros brutos (contra os actuais 485 euros brutos) e um novo aumento em Janeiro, para 540 euros. "O que propomos é uma actualização faseada do salário mínimo nacional de forma a assegurar que no início de 2016 é de 600 euros", referiu ao Negócios Arménio Carlos, da CGTP.

Também Carlos Silva, da UGT, que tinha reclamado um aumento em Julho, actualiza agora a sua posição: "A UGT reivindicará 515 euros com efeitos a 1 de Setembro" deste ano, disse ao Negócios, acrescentando que acredita que haverá abertura do Governo e das confederações patronais para fazer a negociação este mês.

Está marcada uma reunião de concertação social para o próximo dia 9, mas ainda sem ordem de trabalhos definida.

As confederações patronais têm garantido que estão disponíveis para negociar o aumento do salário mínimo nacional, admitindo os 500 euros. A CIP tem defendido que é importante garantir compensações aos sectores mais afectados, enquanto a Confederação do Comércio prefere que o aumento ocorra em Janeiro. ■ CAP

485

EUROS BRUTOS

É o valor do salário mínimo nacional, que está congelado desde 2011. O Governo já anunciou várias vezes que o quer aumentar, mas resta saber quando e para que valores.



Repostos cortes salariais acima dos 1500 euros

ORÇAMENTO Oposição rejeitou em bloco a proposta entregue por PSD e CDS para responder ao chumbo do Tribunal Constitucional

A maioria parlamentar PSD/CDS aprovou ontem a reposição dos cortes salariais aos trabalhadores da função pública com vencimentos acima dos 1500 euros por mês.

O diploma foi aprovado com o voto contra de toda a oposição durante um plenário da Assembleia da República com carácter extraordinário, para reapreciar os decretos, chumbados pelo Tribunal Constitucional (TC), relativos aos cortes salariais e à contribuição de sustentabilidade.

No debate sobre este segundo ponto, o líder da bancada do PSD – que deixou cair essa medida e, com ela, o aumento do IVA de 23% para 23,25% e o da taxa social única que cabe aos trabalhadores de 11% para 11,2% – desafiou os candidatos à liderança do PS a dizerem “o que pensam” sobre o futuro da Segurança Social (SS). “O PS está num momento propício para definir a sua posição”, com os debates entre António José Seguro e António Costa, sobre o que é “uma das questões mais importantes para o futuro do País”, argumentou Luís Montenegro.

A resposta de Alberto Martins (PS) foi dura, acusando o Governo de, “reiteradamente, governar contra a Constituição, contra o TC, pela

subversão do Estado de direito”.

O secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Agostinho Branquinho, insistiu na necessidade de “encontrar rapidamente soluções” para o futuro da SS, dado que as “medidas estruturais” propostas pelo Governo têm sido bloqueadas pelo TC – cuja leitura da Constituição “coloca em causa uma boa parte das medidas” sobre algo que “não é uma questão programática ou de cisão ideológica” mas afeta o futuro de todos.

Nuno Magalhães, desafiou, por seu turno, o PS a fazer oposição e não a “transformar o TC num móbil de oposição”, pois esse tribunal “não governa [nem] define o programa eleitoral do Governo”.

Quanto aos cortes salariais, foram aprovadas as propostas de alteração apresentadas pela maioria e que retiram as referências às reduções para lá de 2015. A maioria lembrou os cortes salariais do tempo do anterior do Governo PS, enquanto a oposição BE recordou “um candidato na campanha eleitoral em 2011 que disse que não iria cortar salários aos funcionários públicos” – leia-se Pedro Passos Coelho. “Esse candidato, agora primeiro-ministro, não cumpriu”, adiantou Mariana Aíveca (BE).

António Gameiro (PS) declarou que o Governo guarda para “anos de eleições” as reposições salariais e “insiste em cortes e cortes sempre contra os trabalhadores”. Depois acrescentou: “Consolidação orçamental, nenhuma.” M.C.F., com Luis



Alberto Martins acusou maioria de “governar contra o TC”

REAÇÕES

“[Maioria] disse que vai encontrar novas formas de ataque aos pensionistas e reformados, mantendo em vigor a CES”

JOÃO OLIVEIRA
PCP

“As reais intenções do Governo e da maioria não foram reveladas. O que é que fazem em 2015 com a CES?”

JOSÉ LUÍS FERREIRA
“OS VERDES”

CAIXA NEGRA

Paulo Alexandre Coelho



Passos Coelho tem pela frente mais um Orçamento do Estado difícil - e negociações duras com o parceiro de coligação, Paulo Portas.

O Governo prepara mais uma finta

Bruno Faria Lopes

Editor de Economia e de Política



Parece que foi há muito tempo, mas aconteceu há um ano – o Governo acabado de sair de uma crise política quase fatal deixou escapar a informação de que queria uma meta de défice orçamental menos exigente. A reivindicação não era estratoférrica: o Governo pedia 4,5% em vez de 4%. Mas estávamos em “ambiente troika”, havia novos chefes de missão do lado dos credores e nenhum tinha vontade de entrar logo a premiar uma coligação que tinha dado um triste espectáculo meses antes. A meta ficou em 4%, mas o Governo não desistiu e foi por outro caminho mais sinuoso – caminho que se prepara para voltar a percorrer no próximo ano. Com as cicatrizes da crise por sarar e mais um enorme esforço pela frente – depois dos anos de ferro e fogo de 2012 e de 2013 – as Finanças optaram por desenhar um Orçamento do Estado para 2014 que, na prática, não chegava para cumprir os 4%. Na altura da apresentação do Orçamento ficámos com essa ideia ao vermos, por exemplo, mais de 600

milhões de euros de cortes de despesa sem qualquer detalhe. A ideia foi confirmada já este ano quando a ministra das Finanças sugeriu que a folga herdada de 2013 – devido à chuva de milhões do “perdão fiscal” e a um último trimestre inesperadamente bom na economia – permitia ter mais certeza sobre o cumprimento da meta de 4%. E foi reconfirmada no Rectificativo: algumas revisões não são apenas má previsão ou má execução. Um ano depois, a coligação aproxima-se de mais um momento de tensão: o Orçamento para 2015. A tarefa parece de novo complicada. Há pressões financeiras claras, resultantes do chumbo constitucional na frente das pensões e de uma execução orçamental este ano que não deixará folgas para o próximo. Há uma sombra que paira sobre a economia europeia. E há, sobretudo, um calendário eleitoral em 2015 que torna a solução para os problemas financeiros dependente de negociações duras dentro da coligação.

Não há margem para que uma flexibilização chegue a tempo da elaboração do Orçamento – mas este pode não ser desenhado para um défice de 2,5%.

Perante as dificuldades, a tentação de Passos e de Portas será, de novo, para pensar numa flexibilização da meta nominal do défice. Em teoria há argumentos a favor. Um défice nominal mais próximo de 3% pode ser compatível com uma redução de 0,5% do défice estrutural exigida por Bruxelas, calcula o ‘think tank’ português Thomas Jefferson – Correia da Serra. Depois há a envolvente externa: França e Itália prepararam-se para não cumprirem as metas, Draghi fala em estímulos orçamentais para quem pode e o mercado está embriagado pelo BCE. Na prática, contudo, não há margem para pedir publicamente flexibilizações de metas – ou sequer para contar que elas apareçam a tempo da apresentação da proposta de Orçamento. A Comissão Europeia, pressionada por França e Itália, não vai começar a ceder com um pequeno país acabado de sair de um resgate financeiro. A Comissão não vai começar a ceder a um país que usa a boleia da economia para tapar vários desvios motivados por factores internos. A Comissão poderia ceder caso houvesse uma deterioração económica – mas será preciso esperar até ao final do ano para perceber a evolução da conjuntura europeia (que não é, de resto, tão importante como a do consumo das famílias). Sem margem para pedir um alívio que poupe problemas políticos na elaboração do Orçamento do Estado em ano eleitoral – cerca de 0,5% do PIB, ou 850 milhões de euros, é a flexibilização ponderada pela maioria – resta o caminho de 2014: desenhar um Orçamento que só no papel cumpre a meta nominal de 2,5%. A expectativa é de que numa Europa em estagnação, que tolerou deslizes de franceses e de italianos e debate os malefícios da austeridade excessiva, não haja resistência algures em 2015 a uma derrapagem no défice nominal, desde que o país cumpra os mínimos no défice estrutural. Esperteza saloia que faz lembrar a famosa frase de Deng Xiaoping: não interessa se o gato é branco ou preto desde que apanhe ratos. ■



O Parlamento aprovou ontem as reduções salariais que o TC deixou passar, mas não insistiu na CES

Governo e maioria retomam desafio ao PS para debater Segurança Social

Parlamento
Sofia Rodrigues

Socialistas ignoram convite num debate onde foram aprovadas reduções salariais na função pública

O secretário de Estado da Segurança Social e o líder parlamentar do PSD retomaram ontem, num plenário extraordinário, o desafio de Passos Coelho ao PS para debater a sustentabilidade do sistema de Segurança Social. O PS não respondeu e acusa o executivo de “reiteradamente governar contra a Constituição”.

Na sessão plenária, convocada para a reapreciação do diploma da contribuição de sustentabilidade das pensões e das reduções salariais, na sequência das decisões do Tribunal Constitucional (TC), o secretário de Estado da segurança Social, Agostinho Branquinho, sustentou que o Governo tem tentado fazer uma reforma do sector, mas sem sucesso por causa das inconstitucionalidades. “Temos que reconhecer que não tem sido possível implementar, no seu todo, essa reforma, uma vez que o TC tem feito uma leitura da Constituição que coloca em causa uma boa parte das medidas que procuramos concretizar”, afirmou, apelando à iniciativa e ao compromisso com o

PS. “Não agir é hipotecar todo um sistema. Reformá-lo é necessário e imperioso, se quisermos manter forte e sustentado o sistema público de pensões”, disse o governante.

A 15 de Agosto, na primeira reacção ao acórdão do TC que chumbou os cortes definitivos das pensões, o primeiro-ministro anunciou que não iria fazer outra contraproposta, mas desafiou o PS a debater a sustentabilidade da Segurança Social, sob pena de ficar em causa o pagamento de pensões futuras. Ontem, o líder parlamentar do PSD confirmou que o Governo não irá insistir em medidas para a Segurança Social, mas convidou o PS para um debate profundo, mesmo quando há uma disputa interna. Aliás, Luís Montenegro sustenta que essa oportunidade deve ser aproveitada pelos candidatos socialistas para dizerem o que pensam sobre o tema. “Parece que vai haver debates internos (...) Que se fale menos de quotas e mais dos problemas que temos para ultrapassar para o futuro”, insistiu.

O líder da bancada socialista interveio de seguida, mas optou por não responder. Alberto Martins defendeu que “os cortes do Governo têm como alvo preferencial sempre os mesmos, os funcionários públicos, os pensionistas, os reformados, as famílias, gerando uma situação de empobrecimento”. E acusou o Governo de “reiteradamente governar contra a Constituição, pela

subversão do Estado de Direito”.

A constatação de que há necessidade de debater a sustentabilidade da Segurança Social veio a ser sublinhada pelo líder parlamentar do CDS, Nuno Magalhães, que acusou o PS de se escudar no TC para lançar críticas e apelou: “Façam oposição como partido e grupo parlamentar que são!”.

Nas bancadas à esquerda do PS, repetiu-se a ideia de falhanço da política do Governo. João Oliveira, líder da bancada comunista, considerou que a austeridade teve o efeito contrário do propagado pelo Governo. “Aumentou a dívida e beneficiou os grandes grupos, a maioria insiste no mesmo caminho para continuar a servir os mesmos interesses”, disse, suspeitando que “Governo e PSD vão encontrar provavelmente, através do Orçamento do Estado, novas formas de ataque aos reformados”. Pelo BE, Pedro Filipe Soares lembrou que “já não chegam os dedos das mãos para contar as inconstitucionalidades”.

No caso das pensões, o Governo não insistiu no diploma chumbado. Relativamente à proposta de cortes salariais foram expurgadas as inconstitucionalidades decretadas pelo TC. As reduções salariais na função pública (entre os 3,5% e os 10% acima de 1500 euros), que o TC deixou passar, foram aprovadas pela maioria PSD/CDS, com os votos contra de toda a oposição.



Atual 2 Arranque do ano letivo

Ensino privado perdeu 92 mil alunos em cinco anos

Diminuição. Quebra de 30% deve-se ao fim do programa Novas Oportunidades. Básico perdeu 2300 crianças, mas secundário ganhou

ANA BELA FERREIRA

Os colégios privados perderam 92 257 alunos entre 2009 e 2013. Uma quebra de 30% que segundo a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) se deve ao fim dos cursos das Novas Oportunidades. As estatísticas oficiais mostram essa diminuição na vertente de "ensino recorrente e outras" (onde estão incluídas as Novas Oportunidades) e que também se reflete no ensino público, mas aqui a quebra fica-se pelos 13%.

Tirando a formação de adultos e o recorrente, os colégios registaram uma diminuição de alunos no básico. Em 2013 - últimos dados oficiais conhecidos - tinham menos 2318 do que os 127 070, cinco anos antes. Resultado da "quebra demográfica" defende Rodrigo Queiroz e Melo, diretor executivo da AEEP. Mas que ainda não se fez notar no ensino secundário. Pelo contrário, como este ciclo se tornou obrigatório em 2012-2013, registou-se um crescimento de 11 087 estudantes.

O representante da AEEP admite que muitos colégios "ficaram em apuros" com o fim das Novas Oportunidades. "Contrataram-se profissionais para formar estas pessoas, criaram-se infraestruturas e havia procura", explica, lembrando o caso do Colégio São João de Brito em Lisboa que tinha uma forte vertente de ensino recorrente e "de repente acabou".

No entanto, sublinha, na vertente regular de ensino os colégios privados acabam por não ter uma quebra. O que não quer dizer que não existam escolas a perder alunos e a fechar portas nestes últimos anos. "Nos últimos anos tem havi-

do uma perda global conjugada pela quebra da natalidade e pela saída de algumas famílias devido às dificuldades financeiras. Ano a ano não é grave, mas as perdas globais já são preocupantes, principalmente se pensarmos que há famílias que queriam ter os filhos no ensino privado e não conseguem", admite Rodrigo Queiroz e Melo.

Todos os anos fecham 40 colégios
Uma situação que tem levado "à diminuição das listas de espera nos colégios mais conhecidos e ao encerramento de outros mais pequenos que não conseguem atrair alunos", aponta o dirigente da associação de escolas privadas.

Fim de colégios mais pequenos leva alunos para a escola pública

Rodrigo Queiroz e Melo revela que "tem havido encerramentos de colégios". A associação tem recebido por ano entre "30 a 40 pedidos de colégios para deixarem de ser sócios porque vão fechar". A AEEP reúne cerca de 480 colégios.

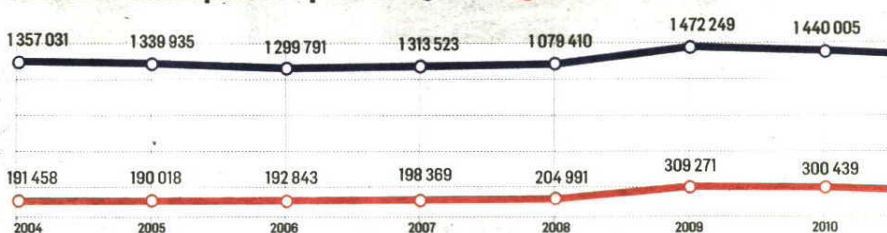
Cascais e Porto são duas zonas onde os fechados se notam. "Aí existem muitos espaços mais pequenos e que estão a fechar porque os pais preferem pôr os filhos em colégios maiores", justifica Rodrigo Queiroz e Melo.

Isso mesmo nota Adelino Calado, diretor do Agrupamento de Carcavelos, cujas escolas estão a ter maior procura porque os privados mais pequenos fecharam. "Havia alguns mais pequenos, por exemplo, só com uma turma de 15 alunos, e que ao fecharem levaram os pais a procurar a escola pública, em vez de continuar no privado."

Este ano, a sua escola recebeu em média quatro a cinco pedidos de matrícula de alunos do privado para cada um dos anos de escolaridade do agrupamento.



Alunos no ensino público e privado



SAÍDA DO PRIVADO

"Qualidade da escola pública também conta"

O agrupamento Dr. Costa Matos, em Vila Nova de Gaia, não conseguiu mais uma vez, este ano, acolher todos os alunos que aqui queriam estudar. Crianças de outras escolas públicas, mas também muitos de colégios privados. "Os pais começam a ver que a escola pública tem qualidade e que se calhar não compensa pagar um colégio", defende o diretor do agrupamento, Filinto Lima (na foto). Apesar de este nem ter sido o ano em que a

escola teve mais procura por parte de alunos vindos do privado - "porque a vida das famílias está a melhorar", justifica o diretor -, o agrupamento ainda vai receber muitos destes estudantes. "Temos por exemplo o caso de um aluno que vem para o 6.º ano porque os pais não estavam satisfeitos com o colégio onde ele estava." Entre as mais-valias do ensino público estão "os professores mais experientes" que aqui lecionam.





Colégios e pais à espera de mudanças no cheque-ensino

APOIO O Governo anunciou que ia apoiar a liberdade de escolha das famílias com a atribuição do cheque-ensino. Pais questionaram colégios sobre medida, mas esta continua parada

"Houve muita insistência de pais por causa do cheque-ensino, mas tivemos de explicar que em bom rigor não houve avanços." Rodrigo Queiroz e Melo, diretor executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP), reconhece que os pais dos alunos dos colégios estão interessados em pedir o apoio do cheque-ensino anunciado pelo Governo há um ano, mas que este continua a ser ainda muito limitado.

No novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado em setembro do ano passado em Conselho de Ministros, estava referido o apoio direto às famílias que optassem pelo ensino privado mas que não tivessem condições financeiras para o fazer. Mas a medida nunca foi regulamentada e o primeiro-ministro admitiu no Parlamento que não avançava este ano. O setor não acredita que a mesma seja implementada nesta legislatura.

Neste momento, existem contratos simples de apoio à família, mas que só podem ser pedidos por alguns colégios, apesar de apoiarem alunos individualmente. A grande mudança que o Governo iria intro-



GERARDO SANTOS/AL. ORAL/IMAGENS
Portas sempre defendeu apoio mas Passos não o aplicou este ano

duzir era esse apoio direto às famílias. Os pedidos estão limitados, desde o final dos anos 1990, explica Rodrigo Queiroz e Melo, a alguns colégios. "Neste momento, serão uns 200, num universo de 600 a 700", aponta o diretor executivo da AEEP. Nesta modalidade, que há dez anos abrangia 26 mil alunos, cada um recebe em média 700 euros por ano, sendo o apoio máximo de 2100 euros.

As verbas são entregues diretamente às escolas particulares e são definidas de acordo com os rendimentos das famílias. O que existe neste momento "é um mecanismo bom, mas com pouca abrangência", entende Rodrigo Queiroz e Melo.

Os colégios lamentam que a medida esteja parada, mas tentam aproveitar o primeiro ano letivo com o novo estatuto do ensino particular e as suas "potencialidades". A grande mudança é a gestão da autonomia curricular. "Temos apostas muito variadas, mas as línguas são a grande aposta. Desde ensinar duas línguas estrangeiras logo no 5.º ano, até à introdução do Mandarim. Outra mudança é, por exemplo, ajustar a carga horária de Educação Física, dando menos horas no 10.º ano e mais no 11.º, de forma a apostar nas disciplinas centrais logo no arranque do secundário", exemplifica Rodrigo Queiroz e Melo. Elogiando o facto de "pela primeira vez este tipo de decisões ser feita em cada escola e não no ministério".

Mudanças que vão permitir aos pais "olhar para as ofertas e a mais-valia do colégio em vez de olhar só para o nome da instituição".

CRONOLOGIA

1980

Foi criado o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo que define algumas modalidades de apoio financeiro do Estado. Uma delas é o contrato simples de apoio à família, que poderia ser considerado um cheque-ensino.

1999

O pedido do contrato simples é feito pelo colégio que tem de estar autorizado a beneficiar desta medida. No final dos anos 1990, o número foi congelado e não voltou a ser atualizado, explica Rodrigo Queiroz e Melo.

2002

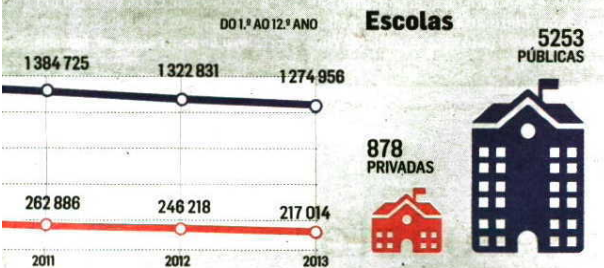
O programa de Governo do CDS em 2002 incluía medidas como exames nacionais nos 4.º, 6.º e 9.º ano e o cheque-ensino. Só este último não está a funcionar. Agora, nem todos os colégios podem fazer contratos simples.

Novembro de 2013

Entra em vigor o novo Estatuto do Ensino Particular, onde está previsto o apoio individual e direto às famílias que queiram pôr os filhos no ensino privado mas não tenham condições económicas para o fazer.

Dezembro de 2013

O primeiro-ministro diz no Parlamento que a medida não vai ser aplicada em 2014 e o facto é que ainda não foi regulamentada. Estão apenas disponíveis os contratos simples, em cerca de 200 colégios, que os pais podem pedir.



"A minha escola está na moda"

Adelino Calado não tem mãos a medir para acolher todos os alunos do ensino privado que pedem transferência para o agrupamento que lidera, em Carcavelos. O diretor que recebeu quatro a cinco pedidos de matrícula de alunos de colégios para cada ano de ensino, sublinha que a sua escola "está na moda". "Temos um projeto diferente e as pessoas começam a identificar-se com a nossa filosofia de ensino. Não é uma ques-

ção de rankings, mas de ambiente. Não temos problemas disciplinares e isso também pesa na hora de os pais escolherem a escola dos filhos", defende. Quando aqui chegam, as famílias justificam a mudança para o ensino público com "dificuldades financeiras". Além disso, a escola tem visto entrar muitos ex-alunos do particular que vivam noutros concelhos e que na mudança de casa deixaram também o ensino privado.

Ministro nega atraso na divulgação das listas de professores contratados

DESEMPREGADOS O ministro da Educação e Ciência negou ontem qualquer atraso na divulgação das listas de professores colocados e defendeu que os docentes têm 90 dias para se apresentar no centro de emprego, sendo desnecessário irem no primeiro dia.

"Não há atraso na publicação das listas, a colocação de professores tem um processo, são formadas as turmas, são conhecidos os professores, são conhecidas, este ano,

as rescisões por mútuo acordo e, a partir daí, as vagas sobranças são distribuídas num processo que termina, no essencial, antes da abertura do ano letivo", disse Nuno Crato. "Qualquer pessoa tem 90 dias para se apresentar num centro de emprego, não precisa ir no primeiro dia em que suspeita que pode vir a estar sem emprego."

Nuno Crato referiu que este "é um drama que não se coloca", embora acrescentando que percebe

"perfeitamente" os problemas pessoais dos professores que necessitam de trabalhar. As listas dos professores serão divulgadas "antes do começo do ano letivo", garantiu o ministro, sem precisar a data.

Quanto à presença de filas de professores em vários centros de emprego, na segunda-feira, e das opiniões discordantes que transmitem acerca do processo de divulgação das listas, Nuno Crato disse ser "natural".



Setor privado na educação perdeu mais 92 mil alunos

Baixa. Com a saída dos estudantes do Novas Oportunidades e a perda de 2300 crianças no ensino básico, muitas escolas fecharam portas

Todos os anos há 30 ou 40 escolas que pedem o fim da inscrição na Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular por terem de encerrar a sua atividade. Este é um dos sinais das dificuldades que atravessa o setor que, nos últimos cinco anos, acumulou a saída de 92 257 alunos de colégios, 30% dos quais em resultado direto do fim dos cursos Novas Oportunidades. Segundo Rodrigo Queiroz e Melo, diretor executivo daquela associação, Cascais e Porto são as zonas

do País onde fecham mais escolas deste tipo, sobretudo as mais pequenas. Aquele dirigente refere, no entanto, que as escolas maiores não estão em crise, apesar da diminuição das clássicas listas de espera, e que as expectativas criadas com o anúncio pelo Governo da criação do cheque-ensino tiveram uma concretização prática muito aquém do esperado. A falta de regulamentação do decreto de setembro do ano passado é uma das falhas apontadas. **ATUAL** PÁGS. 4 E 5



Transportes públicos começam a travar fuga de passageiros

CP, Metro de Lisboa e Metro do Porto registaram um aumento do tráfego no primeiro semestre, invertendo quedas do passado. Receitas do sector acompanharam subida, mas os prejuízos voltam a crescer

Transportes Raquel Almeida Correia

A pouco e pouco, os transportes públicos começam a travar a fuga em massa de passageiros. No primeiro semestre, CP, Metro de Lisboa e Metro do Porto assistiram mesmo a aumentos nas validações. E, no global, o sector reduziu significativamente as quebras registadas no passado. Redução do desemprego, subidas dos preços ao nível da inflação e paz laboral ajudam a explicar resultados.

Dados cedidos pelas transportadoras do Estado mostram que, no primeiro semestre, houve 290,4 milhões de validações, o que significou uma redução de 1,1% face a igual período de 2013, correspondente a quase 3,4 milhões de passageiros. A queda foi, ainda assim, muito menor do que a verificada um ano antes. Entre o pri-

meiro semestre de 2012 e 2013, a redução atingiu 10,9%, o que significou menos 35,8 milhões de clientes.

Além disso, entre Janeiro e Junho houve já três empresas em que a tendência foi de crescimento. Foi o caso da CP, da Metro de Lisboa e da Metro do Porto, que já no ano passado tinha sido a única a apresentar uma subida no tráfego. No caso da transportadora ferroviária, verificou-se um aumento de 2,4% (quase mais 1,4 milhões de validações, para um total de 54,1 milhões). No serviço metropolitano da capital, o incremento percentual foi o mesmo, mas o acréscimo em termos absolutos foi maior, com mais 1,7 milhões de passageiros e um total de 71 milhões. Na Metro do Porto, o crescimento situou-se em 0,3% (de 28,3 para 28,4 milhões).

As restantes três transportadoras continuaram a apresentar quebras, mas inferiores às verificadas anterior-

mente. Na Transtejo, por exemplo, a redução foi de 1,8%, quando tinha atingido 6,4% nos primeiros seis meses do ano passado. Na Carris, o número de validações caiu 4,4%, contra os 7,9% do ano anterior. E, finalmente, na STCP, o recuo foi de 5,3% - que compara com a diminuição significativa de 21% registada em 2013.

As principais causas

Há vários factores que parecem estar a contribuir para esta melhoria. Fernando Nunes da Silva, especialista no sector, destaca o facto de "a diminuição do desemprego se repercutir no tráfego", já que a redução da mobilidade das populações foi uma das causas apontadas para a fuga de passageiros. O professor do Instituto Superior Técnico referiu ainda que "as pessoas continuam a fazer a transferência do transporte privado para o colectivo, por questões económicas

relacionadas com o custo do combustível, mas também do estacionamento e das portagens".

A pacificação interna nas transportadoras públicas, que ao longo de 2011, 2012 e 2013 enfrentaram sucessivas greves, também tem impactos positivos. Assim como o facto de, este ano, o aumento de tarifas se ter limitado à inflação, ao contrário do que aconteceu no passado recente. Em 2012 e 2013, o Governo decidiu rever os preços, que aumentaram, em média, 20% num curto espaço de tempo. "É natural que já tenha havido uma acomodação às tarifas, depois das expressivas subidas que aconteceram", um dos factores que era apontado para as quedas na procura, acrescentou Nunes da Silva.

Um dos argumentos que o Governo foi usando para justificar a perda de passageiros era o aumento da fraude nos transportes públicos. Para dimi-

nuir a sua incidência, foi alterada a lei, atribuindo-se ao fisco a responsabilidade de cobrar multas para tornar o procedimento mais célere e eficaz e para dissuadir potenciais infractores. No entanto, se a medida estiver a ter algum efeito é mesmo só pelo anúncio, já que nunca chegou a ser implementada. Desde 1 de Janeiro que se esperava que a máquina fiscal estivesse a processar as infracções e a cobrar coimas, mas o sistema ainda não está operacional.

Outra causa apontada foi o ajustamento da oferta, que levou à redução de serviços em praticamente todas as empresas. Neste ponto, nada mudou, mas há casos em que as transportadoras souberam reagir. A CP, por exemplo, mudou a estratégia comercial, aumentando o fretamento de comboios para eventos ou fazendo descontos para as compras antecipadas, por exemplo.

Prejuízos de 195 milhões

A redução das quedas na procura teve impactos positivos nas receitas do sector. Cinco das empresas (a Metro do Porto não disponibilizou dados) registaram proveitos, excluindo indemnizações compensatórias, de 265,2 milhões de euros, o que significou uma subida de 4% face aos primeiros seis meses de 2013. Já os custos caíram 7,2%, para 306,1 milhões. Ainda assim, a operação manteve-se deficitária em quase todas elas, à excepção da Carris, que apresentou um resultado positivo de 1,2 milhões.

O Governo tinha acordado com a *troika* o reequilíbrio das contas do sector. Estes dados não permitem, no entanto, perceber se a promessa está a ser cumprida, visto que, no compromisso firmado com os credores internacionais, há custos que são expurgados do resultado final, como é o caso das indemnizações.

Em termos de resultado líquido (para o qual não há dados da Metro do Porto e da Transtejo), os prejuízos agravaram-se 15,7% entre Janeiro e Junho, com as perdas a fixarem-se em 194,9 milhões. Um valor que compara com 166,1 milhões do ano passado. Foi a STCP que penalizou as contas, por causa do impacto negativo dos derivados de cobertura de risco (conhecidos por *swaps*). A transportadora passou de um lucro de 1,2 milhões para perdas de 30,8 milhões nos primeiros seis meses deste ano.



Metro de Lisboa protagonizou a maior subida na procura, em termos absolutos, registando mais 1,7 milhões de passageiros



Transportes públicos travam fuga de passageiros

Metros de Lisboa e do Porto e CP registam aumento no primeiro semestre, invertendo quedas do passado **p14**
